

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

António José Branco da Cunha

Olhar o passado para ver o futuro



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

António José Branco da Cunha

Olhar o passado para ver o futuro

Relatório de actividade profissional
Mestrado em Ciências da Comunicação
Área de Especialização em Audiovisual e Multimédia

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Nelson Zagalo

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 16 / 10 / 2012

Assinatura: _____

"I hate television.

I hate it as much as peanuts.

But I can't stop eating peanuts."

Orson Welles , 1956

Dedico este trabalho á **Manuela,**

á **Cristiana,** ao **Alexandre** e ao **Miguel,**

pelo passado, pelo presente, pelo futuro.

Agradecimentos:

Os meus agradecimentos a todos os colegas e amigos do ICS que sempre me apoiaram nesta e em todas as outras etapas da minha actividade e formação académicas. Um reconhecimento especial, nesta ocasião, para o meu amigo, colega e orientador Professor Doutor **Nelson Zagalo**.

RESUMO:

O relatório de atividade profissional que apresento, enquadra-se no que foi definido pelo despacho RT 38/2011 da Universidade do Minho, documento que refere as condições para a obtenção do grau de Mestre por parte de licenciados que obtiveram este grau segundo planos de estudos anteriores á implementação do Processo de Bolonha e que, entretanto, tenham adquirido uma experiência profissional acumulada superior a cinco anos.

Pretendo deixar inscrita, neste documento, uma panorâmica global do percurso profissional que, desde 1983, foi desenvolvido na Rádio e Televisão de Portugal, do vasto leque de experiências profissionais vividas ao longo de quase três décadas de trabalho, num relato conciso das suas principais ocorrências, de alguns bons e maus momentos, de sucessos e insucessos, das aprendizagens permanentes, das emoções sentidas no contacto com colegas e amigos de trabalho bem como com tão variadas personalidades com que nos cruzamos no quotidiano deste apaixonante mundo que é a televisão.

Procuro, igualmente, refletir sobre a oportunidade única de um percurso que permitiu o contato com quase todos os espaços de trabalho, de reflexão e de criatividade que podem ser encontrados no âmbito da produção de programas televisivos, não deixando de abordar a experiência académica, enquanto docente, entretanto vivida.

ABSTRACT:

The following report on my professional activity is framed on article RT 38/2011 of the Universidade do Minho, which refers to the terms for obtaining the Master degree by licensees who achieved their bachelor degree according to the academic study program preceding the implementation of the Tratado de Bolonha and whom, in the meantime, have acquired more than 5 years of professional experience.

In this document I intend to describe the global cornucopia of my professional career that I have developed at the Rádio e Televisão de Portugal since 1983. In a concise report of its highlights, some good moments and some bad, successes and failures, constant learning and emotional times, I aim to illustrate the vast number of professional experiences, spanning over almost three decades, while working with friends and co-workers with such varied personalities as exist in the astonishing world of television.

I further aim to reflect upon the unique opportunities this career has allowed me to encounter, covering all sorts of locations and the creativity that can be found in the field of television shows. And, on top of all this, not discounting my academic experience as a professor at Universidade do Minho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. NA CAIXA QUE MUDOU A MINHA VIDA. História breve de um percurso profissional	5
2. NOTA SOLTAS. Ao jeito de balanço	9
3. TELEVISÃO. Pequenas notas de uma grande história	10
4. RTP – JANELA MÁGICA, MIRANTE DO MUNDO. 55 anos de televisão em Portugal	17
5. OLHAR PARA O PASSADO - TAKE 1 Centro de Formação da RTP	20
6. OLHAR PARA O PASSADO - TAKE 2	
6.1. Documentalista de Programas (17.02.1983 a 01.07.1983)	23
6.2. Arquivos de televisão - um tesouro a preservar	25
7. OLHAR PARA O PASSADO - TAKE 3	
7.1. Produtor Executivo (01.07.1983 a 12.06.1989)	27
7.2. O homem do renascimento	28
8. OLHAR PARA O PASSADO – TAKE 4	
8.1. Realizador e Realizador/Produtor (12.06.1989 a 07.01.2002)	30
8.2. O maestro apresenta-se	35
9. OLHAR PARA O PASSADO – TAKE 5	
9.1. NTV-Coordenador de Programas e Emissão (07.01.2002 a 07.01.2004)	39
9.2. NTV – Um canal com pronúncia	42
10. OLHAR PARA O PASSADO – TAKE 6	
10.1. Chefe de Serviço de Realização e Artes Visuais (07.01.2004 a 19.06.2009)	52
10.2. Projecto Media Parque	55
11. OLHAR PARA O PASSADO – TAKE 7 Realizador (19.06.2009 a 14.12.2011)	57
12. EXPERIÊNCIA DOCENTE	58
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61

O presente relatório procurará traçar uma panorâmica, tão abrangente quanto possível, do percurso profissional que segui desde que, em 1983, dei início à minha colaboração com a Rádio e Televisão de Portugal, colaboração essa que só viria a terminar no final do ano transacto quando, por mútuo acordo com a empresa, cessou definitivamente a ligação de uma vida inteira de trabalho numa empresa da qual me sentirei sempre parte e na qual vivi todos os momentos, bons ou menos bons, da minha carreira profissional enquanto Realizador e Produtor de televisão.

Enquadra-se este trabalho no que está definido pelo despacho RT 38/2011 da Universidade do Minho, que refere terem sido consideradas, no âmbito do contrato de confiança firmado, em 2010, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e as instituições de ensino superior, condições particulares para a conclusão do percurso conducente à obtenção do grau de Mestre, por parte de quem tenha uma licenciatura completada no enquadramento de planos de estudos anteriores à implementação do Processo de Bolonha e que, para além disso, tenha uma experiência profissional acumulada superior a cinco anos, conforme refere o nº3 do referido despacho a que o despacho do Instituto de Ciências Sociais ICS-21/2011 de 21 de Novembro de 2011 dá sequência.¹

“3.Os diplomados que tenham terminado as suas licenciaturas ao abrigo do sistema de graus anterior ao lançamento do Processo de Bolonha e que tenham mais de 5 anos de experiência profissional relevante, poderão obter o grau de mestre inscrevendo-se num ciclo de estudos conducente ao grau de mestre na especialidade, solicitando a creditação da formação adquirida na respectiva licenciatura e apresentando, em alternativa à dissertação, um relatório detalhado sobre a sua actividade profissional, objecto de prova pública que incluirá a discussão das experiências e competências adquiridas;”²

¹ Universidade do Minho – Despacho ICS-21/2011 de 21 de Novembro de 2011

² Universidade do Minho – Despacho RT – 38/2001 de 21 de Junho de 2011

Pretender, num relatório que não seja excessivamente longo, deixar inscrito todo o leque de experiências vividas ao longo de quase três décadas de trabalho é uma tarefa ingrata e, inevitavelmente, redutora relativamente ao que poderia ser um relato bem mais extenso e exaustivo dos muitos bons e maus momentos, dos diversos sucessos e insucessos, das aprendizagens permanentes, das emoções vividas quer pela substância dos trabalhos desenvolvidos quer pelas emoções sentidas no contacto com um grande número de colegas e amigos de trabalho bem como com tantas e tão variadas personalidades com que nos cruzamos no quotidiano deste apaixonante mundo que é a televisão.

Tive a feliz oportunidade de fazer um percurso que me permitiu percorrer quase todos os espaços de trabalho, de reflexão e de criatividade que podem ser encontrados no âmbito da produção de programas televisivos.

Fica de fora, no contexto do mundo da televisão e salvo ocasionais colaborações que ocorreram de forma pontual, qualquer actividade no âmbito do jornalismo televisivo. A minha actividade sempre se desenrolou quase exclusivamente na área dos programas não informativos.

O percurso académico que levei a cabo serviu para colmatar um pouco a ausência de experiências profissionais no campo da informação. Ao frequentar e concluir, na Escola Superior de Jornalismo do Porto, uma licenciatura em Comunicação Social cujo plano de estudos apresentava um pendor marcadamente direccionado para a prática jornalística, procurei encontrar aí o contacto com uma realidade profissional com que me cruzava diariamente mas sobre a qual menos sabia, procurando que essa formação complementar me permitisse ter uma visão mais sustentada e ampla de uma empresa de televisão como era o caso da RTP.

Não é a única referência que posso fazer ao meu percurso académico ao longo dos tempos, mas foi talvez a etapa dos meus estudos em que melhor cumpri a desejável e inevitável ligação entre formação académica e actividade profissional.

Não posso deixar de anotar o facto de a minha formação académica se constituir, no seu todo, como um percurso pouco ortodoxo e sujeito a contingências de variada ordem que, no entanto, também me permitiram experiências diversas e enriquecedoras, embora algumas academicamente inconsequentes, mas que certamente pesaram no meu percurso posterior e na minha formação enquanto indivíduo, cidadão e profissional de comunicação social.

O primeiro contacto com a Universidade deu-se, logo em 1975, quando fui admitido no Curso de Medicina da Universidade do Porto. Dois anos de estudo que mostraram ser a sequência lógica de uma pretensa vocação juvenil que não se revelou suficientemente fundamentada. A chamada para o serviço militar obrigatório, que me preencheu dois anos de vida enquanto Oficial de Cavalaria, veio desvincular-me, de uma forma que se mostrou definitiva, dessa juvenil ilusão de uma carreira médica. Provavelmente ainda bem, já que o tempo me levava a concluir, sem dúvidas algumas, que nem eu serviria bem a Medicina nem a Medicina me serviria bem a mim.

Após concluir o serviço militar e com o início da minha actividade profissional ao serviço da RTP, o percurso académico passou a estar sempre condicionado pela actividade quotidiana, por força do empenho que coloquei não só no exercício da actividade profissional como também na formação profissional, num contexto formal sempre que possível ou ao nível da autoformação que sempre tomei como exigência permanente, desejada e necessária.

Foram alguns anos em que o mundo académico esteve longe do meu quotidiano. Mas não por muito tempo. A frequência do curso de Psicologia tinha já sido ponderada, e então preterida, quando do ingresso inicial na universidade. Considerei ser o tempo, em 1989, de tentar cumprir esse projeto e, assim, iniciei os estudos em Psicologia que, a exemplo de Medicina, me ocuparam dois anos lectivos intensos e produtivos. Mas não passou daí o meu percurso em Psicologia. A selecção, depois de difíceis provas, para o tão desejado curso de Realização que me daria acesso á carreira de Realizador, não deixou margem de manobra nem o tempo útil disponível para a vida académica. A Psicologia terminou por aqui na minha vida enquanto campo de estudo.

Anos mais tarde, em 1997, com a carreira profissional consolidada e em velocidade de cruzeiro, o apelo académico formal fez-se sentir de novo, num corolário lógico do que sempre foi um atitude proactiva de procura de conhecimento, de formação e de evolução pessoal e intelectual.

A opção foi feita pela Escola Superior de Jornalismo do Porto e pelo curso de Comunicação Social. Finalmente, as condições de vida e a disponibilidade mínima de tempo foram encontradas, embora com o esforço redobrado próprio da situação de trabalhador-estudante. Mas o empenho e o equilíbrio conseguidos permitiram concluir a licenciatura no tempo previsto e com o nível de resultados esperado.

Posteriormente, por força de um desejo que há muito se desenhava no meu espírito e, obviamente, por sentir necessidade de evoluir a nível pessoal e académico, dei início, em 2002, aos estudos do programa de doutoramento na Universidade de Santiago de Compostela. O doutoramento em Comunicação e Jornalismo seria o percurso natural para quem, desde há muito, procurava evoluir

nesta área do saber de uma forma tão clara. Mas, uma vez mais, logo após a conclusão com sucesso da fase curricular do plano de estudos, as exigências de uma actividade profissional que se encontrava, nessa altura, num plano de grande exigência, determinaram a impossibilidade prática de encontrar o tempo útil necessário às tarefas inerentes ao processo, obrigando-me a deixar em suspenso este projeto e a adiar os planos pessoais de carácter académico.

Terminada a ligação profissional á RTP e, desta forma, encontradas as condições e disponibilidade necessárias, a formação académica volta a ocupar lugar de destaque nos projetos pessoais a desenvolver de imediato e, nesse sentido, dei início ao trabalho que pretendo possa conduzir á conclusão do Mestrado em Ciências da Comunicação, processo no qual se insere este trabalho.

1. NA CAIXA QUE MUDOU A MINHA VIDA

História breve de um percurso profissional

Em traços largos, posso descrever a minha carreira profissional ao serviço da RTP como um longo percurso por quase todos os ambientes profissionais ligados à produção de programas.

O início da carreira, por via de concurso público, deu-se com o ingresso no Serviço de Documentação e Arquivo, onde desempenhei as funções de Documentalista de Programas, entre Fevereiro e Julho de 1983. Foram apenas quatro meses e meio de actividade neste sector mas que se revelaram da maior importância na integração no meio televisivo e na empresa de que passei a ser funcionário efetivo, no descobrir do que, para mim, era o mundo novo da televisão.

As razões de tão curta prestação de serviços neste sector nada têm de surpreendente. Simplesmente, os concursos públicos para Documentalista de Programa e para Produtor Executivo tinham decorrido em simultâneo na sua fase inicial, tendo-se posteriormente verificado um acelerar do processo relativo à primeira função e um retardar no cronograma da selecção para a segunda actividade profissional. Dado ter concorrido com sucesso a estas duas carreiras, a fase final de selecção dos futuros Produtores Executivos do Centro de Produção do Porto acabou por se desenvolver quando já tinha frequentado, com o melhor aproveitamento possível, o curso de Documentalistas de Programas e, em sequência, sido admitido na função e no quadro de pessoal da RTP. A situação, pouco ortodoxa, que se gerou acabou, mesmo com resistências várias dentro da empresa, por ser resolvida com a minha admissão ao curso de formação que me daria oportunidade de transitar para as funções de Produtor Executivo.

Durante os seis anos seguintes, de Julho de 1983 a Junho de 1989, a minha vida profissional permitiu-me estar ao serviço do Departamento de Programas do Centro de Produção do Porto. Se no Arquivo Documental aprendi o valor das imagens, agora era tempo de aprender a construir os projetos que preenchiam as grelhas de programação dos canais da RTP que então emitiam – RTP1 e RTP2.

A experiência na produção de programas televisivos foi rica, estimulante, espaço de uma aprendizagem permanente e de uma evolução profissional fundada em experiências fantásticas de trabalho, não só com os restantes profissionais da RTP mas também com os inúmeros intervenientes nos programas em que trabalhei, fossem eles artistas ou cidadãos comuns, personalidades reconhecidas ou anónimos convocados à participação nos diferentes programas de diversos géneros que tive o privilégio de produzir. Não foi só um período de aprendizagem

profissional, foi também uma descoberta do mundo que nos rodeia e das pessoas que conosco se cruzam quotidianamente.

Mas este período em que, por inerência das funções, tive contacto estreito com toda a cadeia de produção televisiva no processo da produção de programas, foi paulatinamente despertando em mim o desejo de enveredar pela função que veio a revelar-se ser a minha verdadeira vocação e o real ponto de chegada no percurso profissional que desejava – a realização.

Não tenho a menor dúvida que a realização, televisiva ou cinematográfica, não se limita aos contornos de uma função que se desempenha para cumprir um trabalho que nos é destinado. Ser realizador é um estado de alma absoluto no contexto da produção audiovisual, uma missão que se assume de corpo e alma e uma condição de que não se sai, mesmo quando as vicissitudes da vida ou as opções que tomamos, nos afastam do exercício quotidiano dessa actividade. Se se é verdadeiramente Realizador, ser-se-á sempre Realizador. É o meu caso.

De Junho de 1989 a Dezembro de 2011 fui realizador da RTP. A partir desta data serei sempre apenas Realizador de televisão.

No período global da minha carreira, tive oportunidade de ser, em várias fases, um realizador no exercício de outras funções, nomeadamente cargos de estrutura.

De 1996 a 2002, por decisão e iniciativa da empresa, desempenhei funções de Realizador-Produtor. De alguma forma estas funções representaram um período que levou a que, em alguns projetos, pudesse juntar o melhor de dois mundos – ser o Realizador de um projeto como gostava e ser o Produtor desse mesmo projeto como desejava. Embora não seja uma situação muito habitual no contexto das empresas de televisão, pelo esforço acrescido que implica e pela dificuldade prática que representa, o exercício das duas funções em simultâneo veio a revelar-se uma boa experiência pessoal e profissional que me permitiu desenvolver competências acrescidas que tão bem iriam servir o meu desempenho na etapa seguinte do meu percurso profissional.

Foi a convite do então Diretor do Centro de Produção do Porto que me vi integrado num projeto que acabara de nascer e que apresentava, nessa altura, algumas dificuldades de implantação. Tratava-se da NTV, o canal de características locais que acabara de ser criado.

A falta de pessoal com alguma experiência fazia-se sentir na NTV e, nesse contexto, o representante da RTP na administração da empresa Porto TV achou por bem convidar uns poucos profissionais mais experimentados da RTP, na tentativa de que colocassem as suas competências

e experiências ao serviço da NTV, para que fosse possível recuperar dos problemas iniciais do canal.

Foi assim que, de Janeiro de 2002 a Janeiro de 2004, procurei aplicar todos os meus conhecimentos e competências para um desempenho tão positivo quanto possível das funções de Coordenador de Programas e Emissão deste jovem projeto de televisão por cabo. Esta experiência, independentemente da avaliação externa dos resultados conseguidos, veio a revelar-se como a mais rica experiência da minha vida profissional. Praticamente sem meios, sem suporte de uma estrutura que me vi na necessidade de criar no que respeita á área de produção de programas e programação, foi possível atingir alguns objectivos que considero bem mais significativos do que foram considerados á luz da opinião pública e publicada. Procurarei, mais á frente, deixar expressas algumas interrogações que ainda hoje pairam no meu espírito sobre o projeto NTV.

Quando a RTP adquiriu o canal NTV, que viria a evoluir para o novo projeto RTPN, o meu trabalho naquela estrutura deixou de fazer sentido para mim, dado ter sido definida uma nova orgânica para o canal que, de alguma forma, esvaziava as minhas acções e reduzia a muito pouco a leque de competências que faziam parte da minha função.

Esse contexto foi o suficiente para que decidisse aceitar o convite, que entretanto me fora apresentado por parte do Diretor do então Media Parque da RTP, para assumir um novo cargo, agora na estrutura desta nova unidade do organograma da RTP.

Passei então, em Janeiro de 2004, a chefiar o Serviço de Realização e Artes Visuais do Media Parque do Porto, função que mantive quando esta estrutura desapareceu e as suas unidades foram transferidas para uma nova empresa do universo RTP, a RTP Meios de Produção.

Até Junho de 2009, com algumas alterações pontuais e cíclicas das minhas atribuições e da orgânica dos serviços que chefiava, mantive-me no desempenho dessas funções, sempre no espaço ocupado ora pela empresa RTP Meios de Produção ora pela sua sucessora que foi a Direcção de Produção da RTP.

Em Junho de 2009 foi decidido que a maior parte dos sectores que constituíam o serviço de que era responsável passariam a integrar a Direcção de Programas, na dependência direta da Subdirecção de Programas do Porto. Não estando integrado nesta direcção, nem fazendo parte da estrutura de chefias intermédias que dela faziam parte, foi com naturalidade que vi terminar a minha passagem por funções de chefia a nível de estrutura orgânica da empresa.

Na ausência de directivas superiores conhecidas em tempo útil, foi aceite a sugestão que eu próprio apresentei superiormente de regressar às funções de Realizador e voltar a integrar,

nessa qualidade, as equipas de realização de programas da RTP Porto, no período que vai de 2009 a 2011, os últimos dois anos da minha actividade profissional no seio da RTP.

Foi assim que voltei a casa, em termos funcionais, dando como terminada a incursão em territórios de chefia que sempre considerei transitórios mas que me permitiram experiências profissionais que considero muito gratificantes e da maior relevância.

Realizador uma vez, realizador toda a vida.

Foram dois anos de grande conforto profissional, fazendo o que verdadeiramente gosto e que penso saber fazer de forma no mínimo competente, voltando a sentir todo o prazer da realização de um direto, do encanto do exterior gravado por esse país fora, do retomar do contacto com a realidade de um país do qual estivera um pouco menos próximo nos anos em que acabei por ficar, mais do que o desejado, preso á secretária do meu gabinete.

A 14 de Dezembro de 2011 terminavam as gravações de um programa na Figueira da Foz e, com o último “take” de gravação desse programa, dava por finda a minha relação profissional com a RTP.

Sem arrependimentos mas também sem euforias, apenas com a certeza de ser um passo inevitável num contexto que, mais tarde ou mais cedo, me iria fazer aceitar que a minha missão na RTP estava terminada.

O tempo era este e o futuro estava por aí, aguardando por mim.

Tendo começado pelo trabalho nos arquivos, enquanto Documentalista de Programas, a passagem para a Produção de programas e, mais tarde, para Realização de Produção, a par do desempenho de cargos de estrutura no âmbito da produção, realização e programação televisivas, permitiu-me, ao longo da carreira, encontrar as melhores condições e oportunidades para desenvolver competências nessas áreas e, acima de tudo, reflectir sobre este fantástico meio da televisão.

Tendo procurado preencher sempre o meu quotidiano com um permanente esforço de compreensão sobre o meio televisivo, de desenvolver conhecimentos e técnicas, de evoluir profissional e pessoalmente numa actividade a que me dediquei sem reservas de qualquer espécie, não posso deixar de afirmar, mesmo que isso possa ser considerado de desajustada arrogância, que percorri um caminho longo mas bem conseguido, que me dá a clara sensação de missão cumprida, não numa qualquer missão de histórica relevância mas sim num percurso profissional simplesmente assumo como digno, honesto e cumpridor, recheado de alguns bons trabalhos e outros menos conseguidos, ao serviço duma empresa perante a qual assumi sempre uma postura de sincera dedicação no cumprimento dos meus deveres e obrigações.

Para além disso, assumo com total frontalidade a minha convicção, a minha total dedicação e crença, quiçá discutível, nas virtualidades do serviço público de televisão. Talvez pelo total entrosamento neste espaço específico do panorama audiovisual, não imagino hoje poder sentir o mesmo prazer nem ter a mesma disponibilidade profissional para esta mesma actividade não estando ela integrada no serviço público de televisão. Para o bem e para o mal, sou um profissional de televisão de serviço público e assim serei enquanto tal fizer sentido.

Se olharmos para o que é a história conhecida do aparecimento da televisão, não é possível encontrar, nos estudos realizados, a atribuição do título de inventor único a uma pessoa em particular. Várias personalidades, em diversos países, contribuíram para o desenvolvimento técnico que nos levou até às primeiras emissões televisivas, num processo que decorreu em várias etapas e fases distintas. A caixa que mudou o mundo não apareceu num qualquer laboratório de um cientista visionário, mas foi o corolário de muitos passos dados por cientistas da Europa e dos Estados Unidos da América.

“Não existem muitas fontes que nos garantam um trabalho completo sobre as origens da televisão, porquanto se trata de um fenómeno circunstancial, não independente...Cada um dos investigadores que deram notícias do aparecimento da televisão, são unânimes em caracterizar o invento como o resultado final de uma série de outros...”(Varela:1981)

Neste percurso encontraremos, inclusive, razões para incluir um cientista português, Adriano de Paiva, no lote dos implicados na pré-história desta extraordinária tecnologia.

Embora tenha sido em 1817 que o químico sueco Jakob Berzelius³ descobriu o Selênio, só em 1873 é que o inglês Willoughby Smith⁴ verificou que esse elemento tinha a propriedade de transformar energia luminosa em energia elétrica. A transmissão de imagens através da corrente eléctrica ficava assim com o caminho aberto. Terá sido esse potencial do selênio que levou a Professor Adriano de Paiva⁵ a sugerir a sua utilização como elemento fotoelectroactivo, num texto intitulado “A telefonia, a telegrafia e a telescopia” que publicou na revista “O Instituto” em Março

³ Jacob Berzelius (1779 - 1848), químico sueco. Um dos fundadores da química moderna, Descreveu vários elementos químicos até então desconhecidos. Deve-se a Berzelius a estruturação da actual notação química

⁴ Willoughby Smith (1828- 1891), engenheiro inglês que descobriu a fotocondutividade do selênio, conduzindo á invenção das células fotoeléctricas usadas nos sistemas televisivos iniciais. Descreveu este efeito num artigo publicado em Fevereiro de 1873 na revista Nature.

⁵ Adriano de Paiva (Braga, 1847 — Porto, 1907) Um dos precursores do conceito de televisão. Catedrático de Física na Academia Politécnica do Porto. Em 1878, publicou na revista *O Instituto*, o artigo “*A telefonia, a telegraphia e a telescopia*,” onde, pela primeira vez a nível mundial, sugeriu a aplicação do selênio na transmissão de imagens à distância. Foi o primeiro conde de Campo Belo.

de 1878. Os princípios que defendeu nesse opúsculo, iam na direcção do que foi reivindicado, por esse tempo, por Constantin Senlecq⁶ que, seguindo idêntica abordagem á questão, foi mais lesto a desenvolver e a apresentar o conceito e ficou na história, por isso, como o inventor do tectroscópio, dispositivo que criaria com base nas experiências relativas às propriedades do selénio e que iria contribuir, anos mais tarde, para desenvolvimentos fundamentais nas experiências de transmissão de imagens á distância.

“Enunciando o problema básico da transmissão eléctrica de imagens com tanta clareza e precisão, Adriano de Paiva não fica satisfeito. Vai mais longe, e sugere a utilização do selénio como elemento fotoelectroactivo, numa atitude perfeitamente revolucionária para o espírito científico da época...” (Silva:1971)

Em 1884 Paul Nipkow⁷, inventou e registou a patente do chamado disco de Nipkow que John Logie Baird⁸ iria usar na invenção do seu sistema de televisão.

No entanto, só mais tarde surgiria a denominação destas tecnologias sob o termo “televisão”. Em 25 de Agosto de 1900, na Feira Mundial Internacional em Paris, Costantin Perskyi, usou a palavra “televisão” pela primeira vez na história.

Até 1911 os protótipos até então construídos só transmitiam imagens fixas, sem movimento. Nesse ano Alan Swinton, descreveu, de forma credível, como a imagem eléctrica poderia ser transmitida pela utilização de tubos de raios catódicos.

Durante os anos 20, vários cientistas trabalharam em tubos transmissores de imagem electrónica. Entre eles Philo Farnsworth⁹ o norte-americano que, a 7 de Setembro de 1927, usou pela primeira vez um tubo de câmara, o que lhe permitiu transmitir, nessa ocasião, uma única imagem no seu laboratório. Passado um ano, já eram levadas a cabo as primeiras demonstrações

⁶ Constantin Senlecq (1842 - 1934) , cientista francês a quem é creditada a invenção do tectrocópio, o primeiro protótipo de televisão.

⁷ Paul Julius Gottlieb Nipkow (1860 — 1940) , inventor alemão mais conhecido pela invenção do Disco de Nipkow em 1884, usado por John Baird, na criação das primeiras imagens de televisão, em laboratório, em outubro de 1925.

⁸ John Logie Baird (1888 — 1946), engenheiro escocês , primeiro a construir um sistema de televisão viável.

⁹ Philo Taylor Farnsworth (1906 — 1971) , inventor norte americano, pioneiro da televisão. Descobriu, em 1927, um sistema dissecador de imagens por raios catódicos .

públicas da transmissão imagens de pessoas. A companhia RCA tomava a dianteira nos USA, embora Baird, em Inglaterra um ano e meio antes, iniciara experiências determinantes nesta área.

Em 1922, Baird tinha dado continuidade às suas pesquisas sobre os primitivos aparelhos de televisão que concebera, alugando um quarto em Queen's Arcade, no Sussex, aí construindo o seu protótipo de televisão utilizando materiais muito pouco ortodoxos, como sejam uma caixa de transporte de chá, uma lata de biscoitos para meter a lâmpada de projecção e ligando todas as partes com agulhas de cerzir, aparas de madeira, cordel e lacre. Em 1924, levou para Londres o aparelho que daí resultou e que já "funcionava" e, em dois quartos de umas águas furtadas, trabalhou durante mais dois anos até fazer a primeira demonstração de televisão na Europa, vista por uma audiência de 50 cientistas, isto no dia 26 de Janeiro de 1926.

A BBC (British Broadcasting Corporation) passou a usar o sistema de Baird em 1929 e utilizou-o até 1935, altura em que evoluiu para um sistema mais sofisticado. Por tudo isto Baird é, por muitos e em particular os europeus, considerado o verdadeiro pai da televisão.

As emissões experimentais da BBC tiveram início a 22 de Agosto de 1932. O sistema mecânico de Baird tinha uma definição de apenas 30 linhas, mas estava a conseguir comprovar que este meio tinha futuro. A novidade tecnológica tentava provar também o seu potencial de entretenimento. O próprio Baird apareceu nesta primeira transmissão, ficando de tal forma entusiasmado com os resultados que não mais deixou de proclamar que essa fora a melhor transmissão a que jamais assistira.

O sistema mecânico de Baird evoluiu até às 240 linhas, e viria mesmo a ser o primeiro a ser utilizado na abertura dos serviços regulares de televisão da BBC.

Foi a 2 de Novembro de 1936 que a BBC deu início às emissões regulares, no que foi curiosamente chamado, na altura, de televisão de alta definição, numa tradução prática dos melhores resultados obtidos posteriormente pelo sistema de 405 linhas da EMI-Marconi que ombreara nos testes com a versão evoluída do sistema mecânico de Baird, então com uma definição inferior.

Estava no ar a melhor televisão do mundo como por muitos é apelidada. Curiosamente, a BBC não perderia tempo em estabelecer marcas que hoje identificamos claramente como reflexos do espírito britânico e da fortíssima personalidade da programação televisiva da BBC. Menos de um mês depois do início das suas emissões regulares, estreava o programa "In Your Garden", o primeiro de muitos programas sobre jardinagem que todos identificam com a "british

way of life”. Só treze anos mais tarde, a 29 de Julho de 1949 seria emitido o primeiro boletim meteorológico.

A 12 de Maio de 1937, o Rei Jorge VI de Inglaterra era coroado numa cerimónia que se constituiu como a primeira verdadeira transmissão em directo a partir do exterior dos estúdios. A BBC usou para tal uma unidade móvel e três câmaras no que constituiu, á época, a expressão do supremo triunfo da televisão até á data. Consta que esta transmissão teve cerca de 10000 telespectadores, um número muito significativo para a época mas irrisório quando comparado com os milhões que assistiram, por exemplo, ao casamento real de 2011, transmitido em alta-definição e, simultaneamente, em todas as plataformas de difusão existentes actualmente.

Em Março de 1935 já a Alemanha tinha posto no ar, oficialmente, a sua televisão, sendo seguida em Novembro desse mesmo ano pela França. O fenómeno da televisão começava a desenvolver-se de forma imparável. Na Rússia surgiu em 1938 e nos Estados Unidos da América em 1939.

Nos USA, a evolução da televisão será ininterrupta, até porque na Europa o processo estagnou com a eclosão da segunda guerra mundial. Neste trágico período, só a Alemanha manteve as emissões de televisão, embora para públicos reduzidos. Em França só seriam retomadas as emissões de televisão em 1944 e a BBC, que por razões de segurança suspendera as suas emissões a 1 de Setembro de 1939, só voltaria a ter emissões no ar em 7 de Junho de 1946, transmitindo, logo no dia seguinte, o desfile da vitória.

No período após a guerra, a evolução tecnológica foi bastante rápida, em particular no que respeita á definição de imagem. Em 1950 já o sistema francês emitia com 819 linhas, a BBC mantinha ainda as 405 linhas mas os Estados Unidos e o Japão estabilizavam nas 525, próprias do NTSC, sistema cujo nome deriva da entidade que foi criada para regular as questões técnicas emergentes nessa época, o National Television Standards Comitee.

Esta comissão aparece também para regular o aparecimento dos sistemas de televisão a cores e garantir a sua compatibilidade técnica com os sistemas a preto e branco, sendo que estes seriam já cerca de 10 milhões no início dos anos 50. Em 1954 as transmissões a cores eram já regulares nos USA.

Na Grã-Bretanha ainda tardaria a ser adoptada a transmissão a cores. Só a 1 de Julho de 1967 a televisão inglesa deixaria o preto e branco, com a transmissão a cores do torneio de ténis de Wimbledon na BBC2. A cor conquistava aos poucos o espaço televisivo e, em finais de 1967, representa já 80 % da emissão na BBC. Para além dos aspectos desportivos do evento,

Wimbledon passava a estar inscrito na história da televisão, feito que reforçou em 2011 quando a BBC transmitiu, pela primeira vez, a final deste torneio em sistema 3D.

Também em 1967 começa a funcionar o sistema de cor alemão PAL (Phase Alternation Line) e o sistema de cor francês SECAM (Séquentielle Couleur à Mémoire).

Faltava descobrir como a televisão poderia ligar o mundo, o que não tardou a acontecer.

A primeira transmissão intercontinental em directo, com origem nos USA e recepção no Reino Unido e em França, teve lugar a 11 de Julho de 1962 através do satélite Telstar. Curiosamente, a qualidade das imagens recebidas apresentou-se como sofrível em solo inglês e melhor em território francês. De qualquer forma, este marco na história da televisão assinala o início das transmissões via satélite que iriam mudar todo o panorama televisivo mundial em particular e as telecomunicações em geral. O que hoje nos permite estar, em directo, em qualquer lugar do mundo foi, há 60 anos atrás, uma verdadeira revolução tecnológica.

A programação dos primeiros tempos das emissões televisivas era exclusivamente feita em directo. Um pouco mais tarde, com a necessidade de programação que foi naturalmente surgindo, passaria também a ser usada a transmissão de material previamente filmado em película que, quando pronto para ser emitido, era debitado através de um equipamento apelidado de telecinema e que transformava a imagem de uma película em sinal televisivo. A gravação magnética do vídeo só em 1956 veria a luz do dia.

O primeiro gravador de vídeo foi apresentado pela Ampex, afamada marca de material de som. Em 1957 já a Ampex dotara as estações televisivas deste enormes equipamentos que passaram a permitir gravar os programas emitidos e repetir a sua exibição de imediato. Até aí isso não era possível. As emissões, para puderem ser revistas posteriormente, tinham de ser filmadas através de um sistema apelidado de “telerecording” que fixava, em película, o conteúdo das emissões em directo. Este sistema não só era de qualidade nem sempre aceitável, como também se tornava caro e pouco prático. Muitas emissões históricas ficaram, por isso, apenas na memória de quem as presenciou.

A gravação vídeo veio resolver muitos problemas de programação, de arquivo e retransmissão, introduzindo também melhorias significativas na própria produção de programas que passaram a poder ser pensados para além dos constrangimentos que antes eram imputados à inevitabilidade do directo.

Embora, no início da sua utilização, os gravadores de vídeo não registassem uma qualidade de imagem ao nível da que era difundida na emissão em directo, rapidamente a sua tecnologia evoluiu de tal forma que, pouco tempo depois, os espectadores já não distinguiam entre a qualidade da imagem em directo da imagem pré-gravada.

Poderíamos dizer que os elementos basilares da televisão estavam agora todos presentes na cadeia de produção de televisão. As décadas seguintes foram de melhoria dos equipamentos existentes, de sofisticação dos princípios que tinha sido possível tornar comuns com a evolução verificada. A televisão tinha som e imagem, a cor já não era novidade, os satélites uniam o mundo das televisões em tempo real.

Os passos seguintes vieram com a digitalização.

Se a 2 de Junho de 1953 a transmissão directa da coroação da Rainha Isabel II foi vista por cerca de 20 milhões de espectadores, daí para a frente os espectadores, pelo mundo inteiro, passaram a representar um universo incomensuravelmente maior. A televisão popularizava-se de forma extraordinária, a era da televisão era uma realidade.

Em 21 de Julho de 1969 o mundo ficava colado aos ecrãs vendo os primeiros passos do homem na lua.

Nos anos 70 a evolução das tecnologias de emissão televisiva não abrandou e a década seguinte ficou marcada pelo aparecimento dos videogravadores disponíveis para o grande público.

As tecnologias digitais tornavam-se uma realidade e, com elas, toda a cadeia se transformaria. Os estúdios virtuais, simplificando e embaratecendo todo o trabalho cenográfico, eram usados pela BBC já partir de 1995.

Estávamos já no tempo do digital. A televisão digital ia chegando por cabo, terra ou satélite e o analógico começava a ser abandonado num processo que ainda demoraria alguns anos. Em Portugal a televisão analógica teve o seu fim no presente ano de 2012.

A televisão de alta-definição foi ganhando o seu espaço, obrigando a uma profunda revisão na forma e nas técnicas usadas na produção televisiva, agora mais exigente e rigorosa do ponto de vista técnico e estético. O passo seguinte será a televisão 3D que não tardará, provavelmente, a fazer parte do quotidiano da maioria dos espectadores.

A computação gráfica, CGI (computer-generated imagery), foi surgindo com uma força e um potencial que a tornou indispensável e veio dar novos mundos visuais ao mundo da televisão.

A acessibilidade e a interactividade tornaram-se práticas correntes que a última década fez passar de fantásticas novidades a realidades incontornáveis.

Da curiosidade e particularidade inicial enquanto novidade, a televisão passou a estar no centro das atenções de todos, por quase todo o mundo. A sua capacidade de influenciar culturas, moldar hábitos, elevar personagens á categoria de heróis, muitas vezes com pés de barro, não mais pôde ser ignorada e só o surgimento de novos meios de comunicação e informação pode abalar este monopolista estatuto nuclear da televisão nas sociedades modernas do século vinte até aos dias de hoje.

Idolatrada por uns, a televisão é acusada por outros de ser a razão de muitos males da sociedade actual. Estudos realizados, nomeadamente nos Estados Unidos da América concluem ser a televisão, por via do excesso de tempo no seu consumo, uma das principais causas da obesidade infantil e de perturbações várias, por exemplo, a perda de sono ou deficiências na capacidade de atenção na escola por parte de algumas crianças.

Talvez estejam corretas as conclusões destes estudos porque, se há facto que não podemos deixar de verificar, mesmo que empiricamente, é o poder da televisão em proporcionar mudanças de atitude ou opinião sobre muitos assuntos do quotidiano, uma força imensa em influenciar os comportamentos, as modas, a opinião pública. Em média, cada cidadão vê para cima de três horas diárias de televisão. Não se pode estranhar que seja um meio tão importante e com uma tão grande influência no quotidiano das sociedades.

A televisão é, efectivamente, uma caixa mágica que mudou o mundo.

Procurar resumir a história da Radiotevisão Portuguesa nuns quantos parágrafos, conduz inevitavelmente à simples inscrição dos factos mais relevantes do riquíssimo historial da empresa que, durante 35 anos, foi a mais importante janela para o mundo de que o país dispunha.

Foi esse mundo que, desde o início, era proposto ser revelado por este meio, conforme se pode constatar nos panfletos publicitários de 1956 que propagandeavam a grande novidade, e onde podiam ler-se expressões como “janela mágica, mirante do mundo”, “ver para crer” ou ainda “A RTP abrir-lhe-á vastas janelas para o mundo”. Pelo menos até 1974, com a liberdade reconquistada pela Revolução dos Cravos, as janelas eram fechadas quando convinha ou mantinham-se apenas entreabertas por acção da censura que imperava. O lápis azul dos chamados “consultores literários” trabalhava para manter essa janela com os horizontes que o poder entendia deverem ser vistos. Em 1958 já Salazar procurava tirar partido do poder da televisão, quando falou ao país através da televisão, em plena campanha eleitoral.

O absoluto controlo do poder pode ser ilustrado com a conhecida história do Telejornal de 21 de Julho de 1969, quando o principal serviço noticioso da RTP abre não com a notícia da chegada do homem à lua, mas sim com uma notícia de um paroquial evento envolvendo o então presidente da república.

Por força do que no mundo já acontecia desde a década de 30 do século passado, entendeu o poder de então ser tempo de Portugal também ter a sua televisão quando, em 1953, determinou que deveriam ser feitos os primeiros estudos nesse sentido. Em 1955 era fundada a empresa RTP (Radiotevisão Portuguesa), criada sob controlo estatal e detentora da exclusividade das emissões televisivas no país.

Os estudos criaram as condições necessárias às primeiras emissões experimentais que se realizaram no ano seguinte. Em 1957, a partir de dia 7 de Março, a emissão da RTP passou a ser regular. A Espanha tinha lançado as suas emissões televisivas cinco meses antes.

Durante 15 anos, a RTP foi apenas o seu canal 1, até que, em 1972, se iniciaram as emissões de um segundo canal. Três anos depois, com o 25 de Abril, a RTP, até aí uma empresa detida pelo estado, pela igreja e pela Radio Renascença, é nacionalizada.

Foi a RTP que trouxe para Portugal, em 1977, as telenovelas que hoje tão presentes estão nas grelhas de programação dos canais de iniciativa privada. A primeira, “Gabriela, cravo e canela” foi um sucesso de tal ordem que até a câmara dos deputados da nação chegou a interromper as suas sessões para que os parlamentares pudessem assistir ao desenlace final da história dessa famosa morena tropical.

Em Portugal, as emissões a cores começaram a ser regulares em 1980, sendo o Festival RTP da Canção de 1980, o primeiro programa emitido a cores em Portugal.

A televisão privada em Portugal surge quando a SIC (Sistema Independente de Comunicação) inicia as suas transmissões a 6 de Outubro de 1992, pondo fim a 35 anos de monopólio estatal no mercado televisivo Português.

A SIC trouxe ao panorama audiovisual português um contributo relevante no que respeita à pluralidade e suposta independência da informação, conseguindo resultados ao nível das audiências que lhe permitiram ser internacionalmente reconhecida como o canal de televisão que mais rapidamente conseguiu melhores resultados de audiências. Ao fim de três anos de actividade, já liderava as audiências.

A 20 de Fevereiro de 1993 iniciava as suas emissões televisivas a TVI (Televisão Independente), a segunda estação de televisão privada nacional. Chegou em último, mas hoje em dia lidera as audiências.

Portugal tinha agora quatro canais a emitir por via hertziana, a RTP1, a RTP2, a SIC e a TVI, panorama que ainda hoje se mantém ao nível das televisões generalistas.

Em 1994 um novo período se inicia com o aparecimento da televisão por cabo. A oferta de canais começa a expandir-se, quer com canais nacionais quer com canais internacionais.

A SIC tomou a iniciativa no que concerne aos canais nacionais, criando a partir de 2000, vários canais temáticos como foram os casos da SIC Gold, SIC Radical, SIC Notícias (que assimilou o primeiro canal regional, o CNL – canal de notícias de Lisboa) e, mais tarde, a SIC Mulher e a SIC Comédia.

Em Outubro de 2001 começa a emitir por cabo a NTV, canal regional do e para o Porto. Sobreviveu dois anos até ser integrado no universo RTP e ter dado origem, a 31 de Maio de 2004, à RTPN, posteriormente redenominada RTP Informação.

Procurando rentabilizar os seus arquivos e disponibilizar um serviço até aí inexistente, a RTP lança, a 4 de Outubro de 2004, a RTP Memória.

Desaparecido o projeto NTV e verificado que o seu sucessor, RTPN, não tinha como objectivos estratégicos o mesmo espaço no panorama audiovisual do país surge, em 29 de Setembro de 2006 e por iniciativa privada, o Porto Canal.

Neste mundo da televisão em Portugal, naturalmente que o papel principal cabe à RTP, que tem uma história que pertence também a todos os portugueses porque da vida de todos fez sempre parte.

Dos factos e dos eventos que a RTP inscreve na sua história, talvez fosse descabido fazer aqui o seu relato exaustivo. A isso se dedicou com detalhe, brio e elevação, um dos seus primeiros profissionais, Vasco Hogan Teves, numa publicação editada em 2007, ano de comemoração dos 50 anos de vida da empresa.¹⁰

Olhar a RTP, enquanto instituição, com olhos para além dos historiográficos, seria um trabalho duma amplitude que não cabe neste texto.

Resta-me, portanto, deixar expressa a minha admiração pelo longo percurso de vida desta grande empresa e o incontornável orgulho de ter sido parte, mesmo que ínfima, da sua história.

¹⁰ Teves, Vasco Hogan (2007) *RTP, 50 anos de História*. Lisboa: Radiotelevisão Portuguesa

O Centro de Formação da RTP foi, na vida desta empresa e desde muito cedo, a estrutura especificamente vocacionada para a formação profissional, onde quase todos os profissionais que aqui foram trabalhando adquiriram as qualificações próprias ao exercício capaz das diferentes funções de carácter técnico ou criativo. Neste centro formaram-se praticamente todos os profissionais que iniciam carreiras até meados da década de noventa, bem como aqueles que, tendo sido funcionários da RTP durante anos, daqui saíram para dar corpo às empresas de televisão que se constituíram na sequência da abertura, no início dos anos noventa, da actividade televisiva a empresas privadas, em concreto a SIC e a TVI.

Ao longo de décadas, só o Centro de Formação tinha estruturas que permitiam, a candidatos seleccionados, uma oportunidade de se esforçarem para superar com sucesso o exigente período de formação profissional para os quais eram escolhidos, normalmente em concursos públicos destinados a futura integração nos quadros da RTP.

Com efeito, durante muitos anos, não existiam no país instituições de ensino ou formação que permitissem adquirir as necessárias competências específicas para o exercício profissional, na área televisiva, de funções das áreas técnica ou criativa.

A RTP precisava de profissionais com competências de elevado nível que permitissem o exercício profissional com o grau de exigência e rigor a que a empresa desejava e, por isso, sentiu a necessidade de desenvolver uma estrutura de formação profissional que, em largos períodos da sua história, foi considerada um dos melhores exemplos de unidades do género, mesmo quando comparada com exemplos análogos existentes em toda a Europa. E assim se manteve até por volta de 1995 quando, por força de reestruturação da empresa e de implementação de novas políticas, o Centro de Formação foi encerrado, vindo a reabrir alguns anos mais tarde mas com uma nova filosofia de intervenção. Neste reatar da actividade e até aos dias de hoje, o Centro de Formação tem vindo a centrar a sua atenção no campo da formação contínua dos profissionais que já trabalham na empresa, através do desenvolvimento de acções de formação de aprofundamento ou actualização de competências.

Uma evolução nos seus objectivos que não surpreende, dado que nas últimas décadas o país viu surgir um número significativo de instituições de ensino universitário e politécnico, bem como instituições de formação profissional, vocacionadas para a formação, muitas vezes de boa qualidade, de

futuros profissionais de jornalismo, de artes visuais, de técnicas audiovisuais e multimedia ou de criativos aptos a desenvolver a sua actividade na produção de conteúdos para televisão.

Tendo começado o meu percurso ao serviço da RTP em 1983, não poderia deixar de ter passado por este centro, na sequência do processo de formação profissional de base que me permitiu atingir a preparação necessária ao exercício das diversas funções que fui assumindo ao longo da carreira.

Comecei por frequentar, em 1982, o Curso de Documentalistas e Controladores de Programas. Este curso revelou-se ser não só o passo fundamental para a minha admissão como funcionário da empresa como também representou para mim a oportunidade de tomar o primeiro e muito consistente contacto com os aspectos fundamentais da actividade de uma empresa produtora de conteúdos destinados á emissão televisiva. Para além da formação ao nível dos conceitos e técnicas específicos das funções a que me candidatava, foi providencial a oportunidade de adquirir os conhecimentos básicos para a compreensão de um mundo novo que se me deparava pela frente. A televisão era um mistério para mim quando ingressei nesta acção de formação e passou a ser o meu desígnio de vida quando de lá saí pronto a desenvolver uma actividade profissional como Documentalista de Programas. Foram dois intensos meses, a tempo inteiro, de fascínio e revelação.

Mas este estado de espírito não se finou com o meu ingresso na RTP, que sucedeu a este período. Foi, poucos meses depois e já em 1983, reforçado no Curso de Produtores Executivos que frequentei na sequência do apuramento para estas funções.

Se a primeira experiência tinha sido uma revelação do mundo da televisão, esta nova experiência veio a dar origem a uma verdadeira paixão.

Foi um curso que decorreu também de forma muito intensa durante um período igualmente de dois meses. As oito horas diárias de trabalho, integrado num pequeno grupo de quatro formandos, permitiu-me entrar, com toda a determinação, no mundo da produção de programas. Eram os tempos áureos do Centro de Formação, em que a qualidade superior dos formadores e as excelentes condições de trabalho nos permitiam atingir elevados níveis de rendimento na aquisição de competências específicas para o desempenho de uma função que muito exigiria de nós.

Mais determinante ainda foi o curso de Curso de Formação Básica de Realizadores que frequentei, mais tarde, depois de ter sido bem-sucedido nas difíceis e demoradas provas de selecção que dariam acesso ao exercício da função de Realizador.

O curso era a última etapa deste processo e revelou-se uma acção de formação do mais elevado nível. Ao longo de oito meses, com uma carga horária diária de mais de oito horas de trabalho,

tive oportunidade de integrar o grupo de formandos, futuros realizadores, que se viu confrontado com um leque de conteúdos variados que cobriam todas as necessidades na aquisição de competências para o bom desempenho da função em questão. Para além das matérias base no âmbito das técnicas e práticas de realização televisiva, também nos debatemos com temáticas como as Teorias da Comunicação, Modelos Comunicacionais, Estética da Arte, Dinâmica de Grupos, Planeamento Organizacional, entre vários outros módulos que constituíam o curriculum desta acção de formação, e que nos permitiram uma formação teórica e prática que se revelou fundamental e claramente ajustada ao exercício futuro das complexas funções de Realizador de Televisão.

Mais tarde, em 1993, tive oportunidade de frequentar uma outra acção, de Formação básica de Produção para Realizadores, que não só permitiu cumprir os requisitos obrigatórios para o desempenho das funções de Realizador-Produtor como também foi uma excelente oportunidade de actualização de conhecimentos e aprofundamento de matérias diversas respeitantes ao universo da televisão. Em ambos os cursos, para além dos excelentes formadores que se encontravam ao serviço do Centro de Formação em regime de permanência, tivemos a grata oportunidade de contactar com formadores oriundos das universidades, em particular da Universidade Nova.

Mas para além dessas oportunidades fundamentais, o Centro de Formação desenvolveu, ao longo dos tempos, outras acções no âmbito da formação contínua e actualização de competências e conhecimentos que, sempre que me foi permitido, frequentei com o necessário empenho. Foram os casos de acções como o workshop “Documentários de televisão”(2000), os Encontros de Guionismo (1992), o workshop “Actualização de conhecimentos de tratamento visual de emissões” (1992) ou ainda, os cursos de “Introdução à Informática e ao MS-Dos” (1991) ou o “Curso de Base de Dados Dbase III” (1991), entre outras acções que iam permitindo, a todos os funcionários que nelas participavam, uma constante actualização e aprofundamento de conhecimentos.

Esta realidade da formação profissional e contínua, no âmbito das actividades do Centro de Formação da RTP, foi um extraordinário privilégio e a base sólida para uma carreira profissional na RTP.

6.1 Documentalista de Programas (17.02.1983 a 01.07.1983)

Assumir a função de Documentalista de Programas foi o primeiro desafio com que me vi confrontado no início da minha carreira profissional ao serviço da RTP. Uma experiência de apenas quatro meses mas que foi um período determinante de aprendizagem e integração na empresa.

No contrato coletivo de trabalho, a função estava então definida da seguinte forma:

“Mantém em arquivo todos os suportes de registo de documentos, independentemente do género ou área a que pertençam e assegura a sua manutenção e conservação nas melhores condições, Procede á análise documental, classificação, registo e indexação dos documentos, operando com terminal de computador e/ou ficheiros manuais, microfichas e microfilme e com todos os equipamentos necessários á execução da sua actividade profissional. Procede á pesquisa, difusão e restituição de documentos solicitados pelos utilizadores. Conduz e acompanha os visionamentos solicitados e fornece cópias dos documentos seleccionados, cuja saída tenha sido autorizada, Elabora pré-alinhamentos cronológicos de biografias e dossiers dos assuntos solicitados. Com atribuições de chefia funcional sobre os arquivistas e outros elementos de menor qualificação que trabalham na área em que estiverem inseridos.”¹¹

A prática efectiva que experienciei no período em que exerci a função, correspondeu apenas em parte ao formulado no documento citado. Com efeito, nesse tempo os equipamentos informáticos eram inexistentes, pelo que todo o trabalho primordial de Documentalista que executei, a análise, classificação, registo e indexação de documentos, essencialmente filmes e vídeos de arquivo, foi feita com recurso a sistemas tradicionais constituídos por formulários em papel que, posteriormente, foram a fonte principal das bases de dados documentais que a

¹¹ Contrato coletivo de trabalho da RTP em vigor em 1983, ponto 4.4.2.1-DOCUMENTALISTA

informatização de serviços permitiu constituir. A base de trabalho era um thesaurus, baseado no Thesaurus da RAI (Rádio Televisão Italiana), e que tinha recentemente sido adotado como ferramenta de trabalho no arquivo audiovisual da televisão pública pois, até então, só se trabalhava com livros de inventário e catalogação em fichas de registo, o que dava origem a um sistema muito pouco eficiente na posterior recuperação e localização de materiais para reutilização.

Por outro lado, também tecnicamente os arquivos não dispunham dos melhores dispositivos para conservação dos documentos históricos existentes, originando essa situação ocasionais perdas de documentação.

Os serviços de arquivo da RTP estavam, no período em que lá trabalhei, a fazer um esforço notável de recuperação do tempo perdido no que dizia respeito à conservação, análise e indexação dos documentos, em particular dos suportes filme e vídeo. Foi, portanto, um período muito esforçado de trabalho que obrigou, aos jovens profissionais como eu, uma rápida e muito intensa adaptação aos objectivos do sector em causa.

Acima de tudo, ficou o fascínio das imagens históricas com que nos deparávamos na moviola, nosso posto de trabalho quase permanente. Este equipamento de visionamento de filme só era abandonado quando nos requisitavam os serviços de pesquisa de imagens de arquivo destinadas ao dia a dia do trabalho de realizadores e jornalistas. Esta parte importante do trabalho de documentalista permitiu um exercício profundo da capacidade de analisar e avaliar imagens e de prever o seu funcionamento no contexto da edição de um programa ou notícia.

Calcula-se que o arquivo da RTP tenha cerca de 240 000 filmes, datando os mais antigos de 1956, mas acredita-se que esse número possa ser muito superior depois de identificados os suportes ainda não catalogados. Pela minha parte, no curto período em que assumi esse trabalho, contribuí para tirar dessa zona cinzenta do anonimato uma boa quantidade de pequenos filmes, pedaços preciosos do retrato do nosso país.

6.2 Arquivos de televisão - um tesouro a preservar

Os arquivos das estações emissoras de televisão foram criados, por um lado, para a preservação dos documentos produzidos, mas também para permitir responder às necessidades de reutilização de imagens com importância histórica quer na produção de programas de carácter informativo, quer documental ou de entretenimento.

Com o avançar do tempo, a sua importância tomou um carácter que em muito ultrapassa essa vertente prática do recurso a imagens de arquivo em produções da actualidade.

Os arquivos audiovisuais são testemunhos únicos da vida política, económica e social do país, constituindo-se assim como elementos essenciais do património cultural.

Por princípio, os arquivos de televisão assumem duas funções básicas: a identificação e fornecimento de documentos audiovisuais de arquivo destinados a produções em curso e, concomitantemente, a função de preservação a longo prazo desses documentos e dos produtos que, entretanto, vão sendo produzidos diariamente relativamente aos quais é identificado valor documental.

A importância dos arquivos audiovisuais como acervo histórico tem sido objecto, nos últimos anos, de grande preocupação no seio dos responsáveis europeus, como podemos constatar pelas seguintes afirmações, referidas num contexto de análise ao programa europeu EUscreen.

“A herança audiovisual é memória cultural, uma componente vital no conhecimento histórico, bem como componente igualmente importante, social e culturalmente, na herança cultural europeia. As imagens em movimento são o mais proeminente instrumento de expressão cultural e transmissão de informação. A herança audiovisual europeia, contém quer o registo quer a representação do passado ...”¹²

¹² Sonja de Leeuw, *European Television History Online*. Journal of European Television History and Culture, Vol. 1, 1, 2012, <http://journal.euscreen.eu/index.php/jethc/article/view/876/900> (acedido em 22.07.2012)

Em Portugal, os diversos poderes têm descansado, ao longo de décadas, á sombra da acção da RTP neste domínio. Na prática a RTP assumiu, durante longo tempo em quase exclusivade, o papel de arquivo nacional de audiovisual.

Quem defende a privatização do serviço público de rádio e televisão não deveria fazer-se esquecido das obrigações que a empresa tem ao nível dos arquivos da rádio e da televisão e a importância que estes têm na preservação da memória histórica de Portugal.

É pois urgente que legislação adequada aos tempos correntes seja produzida para colmatar qualquer falha no sistema que rege o património arquivístico audiovisual e os arquivos audiovisuais, embora esta problemática dos arquivos audiovisuais tenha já sido objecto de alguma legislação com notório relevo.

Entre esses documentos, devem ser referidos a portaria nº111/91, que definiu um conjunto de regras conducentes á protecção do património audiovisual, indicando inclusive a disponibilização de programas e outros conteúdos informativos á produção de programas e a investigadores. Já a Lei nº21/92 refere, no seu artigo 3º, alínea-n, a obrigação da administração da estação de televisão pública facultar o acesso ao arquivo dos operadores privados de televisão. A Lei 31A/98 inscreve no seu artigo 46º que os registos das emissões de interesse público fiquem sujeitos a depósito legal, para efeitos de conservação e acessibilidade para investigação, inclusive por parte dos operadores privados.

Mas no centro da questão estará certamente o destino e devida conservação do imenso arquivo histórico da RTP, bem como o arquivo da toda a produção audiovisual nacional, isto para além da situação relativa ao arquivo da produção cinematográfica, em larga medida já garantida pelo ANIM (Arquivo nacional das imagens em movimento).

7.1 Produtor Executivo (01.07.1983 a 12.06.1989)

Foram seis anos de actividade na área específica de produção de televisão que me deram as condições precisas para entender toda a orgânica da produção de conteúdos, para por em prática os conhecimentos que laboriosamente fui adquirindo em formação profissional formal ou de moto próprio.

A designação de Produtor Executivo não era, no texto do acordo coletivo de trabalho vigente á época, a mais correta, se tomarmos em conta o que era praticado noutros contextos, nomeadamente no âmbito da indústria cinematográfica. No cinema, o produtor executivo é uma função de topo na cadeia de responsabilidades desta área. Na RTP, quando assumi essa função, era o primeiro degrau da hierarquia funcional das equipas de produção. No entanto, se do ponto de vista formal se pudesse considerar uma má escolha para denominar as responsabilidades que eram assumidas, na prática esse desajuste na nomenclatura profissional ficava diluído quando se constata que o trabalho desenvolvido ao longo do período em causa, oscilou entre a assistência de produção em equipas lideradas por produtores mais experimentados e a total responsabilidade em muitos dos projetos em que me vi envolvido. O que determinava essa grande amplitude de actuação eram simplesmente as circunstâncias de organização do serviço em que me integrava e as necessidades decorrentes da maior ou menor quantidade de projetos em execução,

Desde ter integrado equipas várias dos “talk-shows” matinais da RTP1 até á produção global de documentários, programas musicais, programas infantis ou espectáculos transmitidos em direto ou diferido, os seis anos de actividade enquanto produtor não creio terem deixado de parte nenhuma hipótese de experiência profissional dentro dos diversos géneros que a grelha de programas exigia serem produzidos a partir do Centro de Produção do Porto.

Foi um período profícuo de trabalho, uma constante aprendizagem por força da natureza sempre diferente de projeto a projeto. Em televisão não há dois programas iguais ao nível da produção. Cada programa obriga o produtor a encontrar a melhor forma de o concretizar no quadro das circunstâncias que se lhe deparando no dia-a-dia da equipa que vai dar vida ao projeto.

7.2 O homem do renascimento

Nem sempre é entendida, na sua total dimensão, a função dos vários elementos das equipas de produção, quer de cinema quer de produção. Objectivamente, trabalhar em produção significa ser capaz de entender toda a engrenagem numa equipa complexa e muito diversa, dominar várias áreas e lidar com todos os problemas. Já alguém apelidou o Produtor de “o homem do renascimento”

“A criação de um produto audiovisual é o resultado de um trabalho em equipa. Equipa multidisciplinar que necessita de um líder, com autoridade, responsabilidade e talento para planejar as operações e tomar decisões complexas. Este homem ou mulher é o produtor executivo.” (Diez: 2000)

Se olharmos para enquadramento oficial da actividade de Produtor que o Instituto de Emprego e Formação apresenta na classificação nacional de profissões, verificamos que esta actividade surge reconhecidamente como sendo de grande responsabilidade, o que se deduz pelo seu enquadramento no corpo base 1.2.1.0 – Diretores Gerais, definida da seguinte forma:

“1.2.1.0.40 – Produtor de Televisão

Planeia, dirige e coordena administrativa e financeiramente os meios materiais e humanos dos projectos de programas. Planeia e orçamenta os meios necessários à produção de programas, nomeadamente os encargos de encenação, autoria, realização, operações técnicas e artísticas e outras; coordena, em colaboração com o realizador, a equipa de técnicos constituídos para a concretização do programa; participa na definição e selecção de recursos humanos, técnicos e materiais necessários à produção do programa, tais como intérpretes, música, textos e filmes; controla os meios de forma a assegurar o cumprimento integral do projecto.”¹³

¹³ Instituto de Emprego e Formação Profissional, Classificação Nacional de Profissões, Cap.1, pág.8, <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Documents/CAP1.pdf> (acedido em 25.07.2012)

Se olharmos para o contrato coletivo de trabalho da RTP que definia as mesmas funções, poderemos encontrar os mesmos fundamentos práticos

“Produtor - É o profissional que planeia e orçamenta o tratamento audiovisual das ideias e projectos de programas, sendo responsável pela gestão e controlo orçamental do programa (ficha de programas) contactados que foram os sectores envolvidos: autoria, realização, operações, artes visuais e outros. Coordena a equipa constituída para a concretização de um projecto de programa, trabalhando em estrita colaboração com a equipa de realização. Cabe-lhe assegurar os recursos humanos e técnicos, durante a Pré-Produção, Produção e Pós-Produção do programa, cabendo-lhe a execução do plano de trabalhos em conjunto com a realização. Só os funcionários da RTP com a categoria de Produtor poderão produzir e assinar os programas. Ressalvam-se as situações devidamente regulamentadas através de contratos elaborados pelos Serviços Jurídicos.”

Pode pois dizer-se que o Produtor acaba por ter uma função com aspetos vários de carácter muito diverso.

O carácter criativo da função encontra-se, desde logo, na génese do projeto que vai ser levado a cabo, na escolha do guião, na participação na selecção de locais e intervenientes, na definição da forma como o conceito irá ser posto em prática. O produtor de televisão trabalha numa relação estreita com o realizador, sendo do entendimento entre ambos que o projeto em causa ganhará forma.

Desde o ponto zero de um processo, o Produtor tem a responsabilidade de se assumir também como um gestor. É das suas mãos que sai o orçamento, é o Produtor que o vai gerir. Para isso tem de ser também um negociador de contratos, de patrocínios, de apoios vários que deve saber encontrar de forma a viabilizar a produção que pretende levar a bom termo.

Durante todas as fases de produção, assume o papel de controlador quer dos recursos humanos e técnicos que deve cuidar cumprirem o planeado e contratualizado anteriormente, quer

zelando pelo cumprimento do desenho de projeto que foi por todos assumido e que procurará não seja desvirtuado.

Deve também ser um profundo conhecedor do mercado em que trabalha e da sociedade em que se move, de forma a estar apto a encontrar sempre as melhores soluções para criar condições para ver o projeto nascer, crescer e ser dado como pronto.

Poder-se-á considerar, tendo em conta todas as exigências da função, que um produtor deverá ser um bom líder de uma equipa por vezes vasta, ter um grande sentido de responsabilidade e uma criatividade apurada, um conhecimento suficientemente amplo de todas as funções dos profissionais que constituem a equipa de trabalho, sólidas competências enquanto gestor de projetos e, para além do mais, ter competências inatas ou devidamente desenvolvidas no quadro do que poderemos chamar de relações públicas.

Deve ser senhor de excelentes competências de comunicabilidade e de relacionamento interpessoal, ser capaz de ter ideias e de as saber apresentar, ser organizado e detentor de grandes capacidades de planeamento. Por outro lado, é essencial para o exercício destas funções o domínio do enquadramento legal em vários aspetos com que terá de lidar, sejam eles relativos às relações laborais dos profissionais que irá contratar, dos artistas que terá a actuar no projeto ou dos complexos temas relativos a direitos autorais ou afins.

Ser produtor é, talvez, a melhor forma de conhecer profundamente toda a indústria de produção audiovisual, já que não conseguindo adquirir essa panorâmica global do sistema, garantidamente não terá condições para exercer de forma capaz as responsabilidades que lhe estão destinadas.

Em qualquer produção audiovisual, o Produtor é a face desse projeto e talvez o principal responsável pelo sucesso ou insucesso do que vai ser apresentado ao público.

8.1 Realizador e Realizador/Produtor (12.06.1989 a 07.01.2002)

Em 1988 surgiu a oportunidade de aceder á função por que, entretanto, me apaixonara e que entendia ser o futuro profissional que aspirava. Já em 1985 tentara ter sucesso num concurso interno para realizadores, mas a concorrência era demasiado forte e a experiência e conhecimentos específicos demasiado débeis ainda. Mas a ideia manteve-se no meu espírito e não mais deixei de tentar aperfeiçoar a experiência no meio e adquirir conhecimentos específicos sobre realização televisiva. Este esforço individual veio a dar frutos quando consegui o sucesso pretendido na candidatura ao curso básico de realizadores, que veio a decorrer de Setembro de 1988 a Março de 1989, no qual obtive o aproveitamento positivo que me qualificou para o exercício das funções de Realizador no quadro de realizadores de programas da RTP.

Mais do que ter sido Realizador da RTP de 12 de Junho de 1989 a 15 de Dezembro de 2011, esta etapa do meu percurso permitiu-me não só desempenhar uma profissão de topo em termos da organização de produção de programas televisivos, como também atingir o objectivo claro de uma paixão profissional e vocação de uma vida.

Mais tarde, de 1996 a 2002, um processo de reorganização das carreiras no contexto do acordo coletivo de trabalho levou a que assumisse as funções de Realizador-Produtor, que interrompi apenas quando teve início a fase seguinte do meu percurso profissional.

A minha actividade como realizador teve oportunidade de ser vista nos vários canais, do universo RTP, onde foram emitidos os programas por mim realizados - RTP 1, RTP 2, RTP Internacional, RTP-Madeira, RTPN e na extinta NTV. Tem sido também possível verificar a reemissão de alguns dos programas na RTP Memória, canal onde são recuperados registos do arquivo histórico da RTP.

Embora seja constituído por um elevado número de programas e milhares de horas efectivas de emissão, poderia destacar alguns dos trabalhos realizados, nos mais diversos géneros televisivos que têm feito parte da grelha de programação dos referidos canais da RTP.

“Ás Dez” (directo-1989/1990) – deste programa de entretenimento das manhãs da RTP1, fui responsável por cerca de 1300 horas de emissão. Foi também com este programa que me estreei, no que respeita aos directos televisivos, a 17 de Abril de 1989, ainda algum tempo antes de me ser reconhecida oficialmente a condição de Realizador. A muita experiência na realização de diretos, competência fundamental

para um realizador de televisão, devo-a inicialmente a este programa e às muitas horas de trabalho que a ele dediquei na primeira fase de carreira enquanto realizador.

Mas o primeiro ano na realização proporcionou-me também a oportunidade de experienciar o género televisivo que mais me fascina, o documentário. Foi o caso da realização dos trabalhos “António Pinho Vargas” (video-1989) – documentário sobre a vida e obra do músico e “S.Bartolomeu do Mar” (video-1989) – documentário de cariz etnográfico que veio a representar a RTP-Porto na Mostra Atlântica de Televisão de 1989.

Mais tarde, apesar de com uma frequência menor do que a desejada, tive ainda oportunidade de realizar documentários de carácter diversos, como foram os casos de “Vias do tempo”, uma série de seis documentários exibidos em vários países europeus, no âmbito de um projecto europeu homónimo liderado pela organização Eurorégio. Também será de referir o trabalho “Mar anterior a nós” (video/filme 1990-1992), documentário sobre a vida e obra da pintora Maria Helena Vieira da Silva que, apesar de péssimas referências por parte da crítica televisiva impressa, foi para mim um trabalho marcante.

A estratégia de produção interna da RTP veio significar para nós, realizadores dos quadros da empresa, um afastamento progressivo da realização de programas de “stock” e a concentração em programas de fluxo ou seja, foi sendo dada primazia às séries e espectáculos de entretenimento, e ainda a programas de estúdio de menor complexidade.

Pelo meio fica ainda a experiência marcante de produção da comédia de situação “Clube Paraíso” (Sitcom-1992) na qual assumi um papel que podemos denominar de Realizador Estagiário, já que este projeto tinha como diretor geral um conceituadíssimo e muito experimentado realizador oriundo da Rede Globo. A ideia era co-realizar, sob a direcção desse experimentado profissional, com o objectivo de adquirir competências e definir modelos no quadro da produção de ficção no Centro de Produção do Porto, género que há muitos anos não era aí desenvolvido. Apesar de ter co-realizado a primeira fase do projeto, incluindo dois episódios nos quais trabalhei sem qualquer apoio do diretor geral, a participação nesta produção não me foi oficialmente creditada dado que, do ponto de vista pessoal e profissional, a relação de trabalho com o referido profissional não ter corrido da melhor forma. Como foi anotado na imprensa pelo então do Centro de Produção “Refira-se que os primeiros episódios chegaram a ser realizados por Branco da Cunha, que acabou por ser afastado devido a dificuldades funcionais”. Esta série de programas teve como guionistas os conceituados escritores Álvaro Magalhães, Carlos Tê e José Soares Martins.

Os programas musicais foram um tipo de programas de que fui responsável em variadas ocasiões, podendo destacar aqueles que me proporcionaram uma experiência cuja memória me é mais querida: “Notas para si” (video-1992) – 9 programas de música ligeira portuguesa com artistas mais em voga na época; “A música dos outros” (vídeo-1994) – programa apresentado por Luís Represas que contou com a presença dos nomes maiores da música portuguesa, de Rui Veloso a Sérgio Godinho, de José Mário Branco aos GNR entre outros; ou ainda “À volta do Coreto”, um programa musical dedicado às bandas filarmónicas, com autoria e apresentado do Maestro António Vitorino de Almeida.

Mas a minha intensa actividade nesses anos estendeu-se aos inevitáveis espectáculos em direto, podendo referenciar o “ Festival de Tunas Académicas” (video-1990) no Coliseu do Porto, várias edições do histórico programa “Natal dos Hospitais” (1990,1992,2000), a gravação do espectáculo “Telefood 99”(Gravado-1999),organizado pelo Ministério da Agricultura e pela FAO ou ainda algumas emissões da também tradicional “Grande Noite do Fado” não esquecendo a extraordinária experiência que foi a realização, de um dia para o outro, do grande espectáculo “Todos pelo Coliseu”(1995), um espectáculo de geração quase espontânea por parte dos mais importantes artistas do Porto, liderados por Pedro Abrunhosa, a que a RTP se associou quando do movimento da cidade que se gerou para defesa do Coliseu do Porto, iniciativa felizmente com sucesso em que as forças vivas da cidade se opuseram à venda da histórica sala de espectáculos a uma organização de cariz religioso.

Outros projetos poderão ser invocados neste desfiar de memórias, entre eles alguns de características particulares: “Nunca mais é sábado” (directo 1990-1991) 45 emissões de um magazine inovador, nesse tempo, pela abordagem inédita que fazia a temáticas até aí esquecidas pela produção televisiva de entretenimento, como por exemplo a dança contemporânea ou a performance de arte; “Jogo de cartas” concurso televisivo (1992), 152 emissões deste popular concurso televisivo; “ Avós e Netos” – Programa recreativo apresentado por Manuel Luís Goucha, entretenimento de carácter familiar e centrado na disputa salutar entre equipas formadas por avós e netos; “A Ferro e Fogo” (1999), apresentado por Rita Ferro Rodrigues, programa que tinha o seu conceito base centrado em entrevistas a personalidades várias; “Um café no Majestic” (Direto-2001), emitido a partir do célebre café Majestic do Porto, apresentado por Francisco José Viegas e que procurava reproduzir o ambiente de uma tertúlia cultural e onde eram debatidas as mais variadas questões das artes, da política e da cultura e divulgadas as iniciativas de maior relevâncias que ocorriam à época.

Não poderei esquecer a referência aos mais tradicionais programas da grelha da RTP1 produzidos a partir dos estúdios Porto, dos quais tive a responsabilidade da realização num elevadíssimo número de emissões: “Pela manhã” (Direto-1993-1994); “Viva a manhã” (Directo-1994); “Praça da Alegria” e “Portugal no Coração”, estes ainda fazendo actualmente parte dos programas diários da RTP.

Devo referir ainda a realização de um programa que, simbolicamente, tem uma importância que considero maior. Foi o projeto “Portugal Azul” (2007), que surgiu integrado no programa de comemorações dos 50 anos da RTP. Apesar de, em 2007, ter as responsabilidades da Chefia de Serviço de Realização do Porto, não quis deixar de ser parte activa no programa de comemorações e, por isso, assumi ser eu próprio o realizador das emissões realizadas a norte deste programa que levava a todo o país a história e as estórias da RTP relativas aos 50 anos de actividade que se comemoravam.

No quadro de produção do canal NTV, onde trabalhei de 2002 a 2004, embora fosse o responsável das áreas de produção e programação, amiúde assumi a realização de alguns episódios de programas de estúdio, onde procurava definir os parâmetros estéticos e artísticos a que outros realizadores contratados dariam seguimento no decurso dos restantes episódios das series em causa.

Ao longo de todos estes anos de exercício gratificante das funções de realizador, não posso deixar de reforçar alguns aspectos que o legado deste percurso me obriga a relevar, passe a imodéstia. Uma muito grande experiência no que diz respeito á realização televisiva em estúdio e exterior, em particular em programas de fluxo, um desenvolver de um entendimento profundo dos processos de produção deste tipo de emissão e um sentimento sólido de convicção no valor desta função que, como já referi neste texto, se configurou sempre para mim como verdadeira vocação.

8.2 O maestro apresenta-se

“O realizador cria uma imagem mental do que pretende, e o seu trabalho é comunicar essa imagem aos intervenientes e á equipa. O seu trabalho é transformar essa imagem em celulóide ou videotape. O seu sucesso dependa da clareza da imagem criada pelo realizador e a sua competência em transmitir essa imagem aos outros. Mas, o que faz, exactamente, o realizador? Realizadores são “visual storytellers”.

(Campbell:2002)

Ser realizador é, como refere Campbell, ser um contador de histórias, mas de histórias em imagens e sons. O realizador tem de, a partir de um guião que contenha a ideia original, transformar esse guião em imagens e sons que contem convenientemente a história que se pretende, seja ela uma história de ficção, uma narrativa jornalística, um documentário, um programa musical, um concurso ou um “talk-show” televisivo. O que está em causa é sempre fazer chegar ao espectador, de forma clara e eficaz, essa história e o que ela pretende transmitir. Podemos pois, para além da questão narrativa, considerar dois domínios em que o realizador se move: a arte e a técnica.

Escolher imagens e sons, dar-lhes sentido estético e carga simbólica, articular essas imagens para que constituam um texto audiovisual coerente e claro, obriga o realizador a ter o domínio da arte da composição, da cor e da luz, das dinâmicas internas e externas do plano, dos segredos da montagem, ter arte para dirigir actores e criar mundos imagéticos novos. Para isso, tem também de dominar o suficiente das técnicas envolvidas na criação das imagens e sons que idealizou para que possa transmitir o que pretende junto dos técnicos que com ele trabalham e dirigir todos eles de forma a ir de encontro ao imaginado e planeado para um filme ou um programa de televisão, seja ele gravado ou direto.

Em televisão, este domínio da técnica é, provavelmente, mais decisivo que noutros campos do audiovisual. Um realizador de televisão, para levar a bom porto o seu trabalho, tem de ter capacidade para se poder assumir como o “maestro” de toda uma orquestra de técnicos e intervenientes num programa de televisão.

"Alguém dizia que um realizador tem de ser um sedutor. Um líder também tem de ser um sedutor. Porque há uma diferença entre mandar e liderar"¹⁴

A capacidade de liderança, tanto quanto possível longe de conceitos de autoritarismo ou prepotência que não se adequam ao trabalho em equipa, é uma das principais capacidades que se exigem a quem pretende desempenhar esta função de forma capaz. O quadro de competências essenciais para um bom realizador inclui a criatividade e imaginação, a capacidade de pré-visualização do produto final, as capacidades narrativas e o instinto de contar histórias.

São também características da maior relevância ser um bom comunicador, ter a capacidade de tomar decisões de forma rápida e decidida e, acima de tudo, ter um conhecimento profundo dos meios e técnicas envolvidas no processo de produção televisiva.

Lidar com actores, apresentadores e demais intervenientes, ser organizado e capaz de desenvolver um planeamento eficaz são competências óbvias para esta função basilar na produção audiovisual.

Entretanto, apesar de tantas responsabilidades e exigências, o realizador tem de ter a capacidade de se manter calmo em situações de grande pressão e ser efectivamente tolerante ao stress de um ambiente de trabalho que se pauta pela exigência e pelo rigor de quem, através do próprio Código de Direitos de Autor, é colocado sempre numa condição autoral que lhe dá uma responsabilidade acrescida.

*"Artigo 24º Obra fonográfica ou videográfica
Consideram-se autores da obra fonográfica ou videográfica os
autores do texto ou da música fixada e ainda, no segundo caso,
o realizador.»¹⁵*

Se, dum ponto de vista de um quadro mais normativo, quisermos enquadrar esta função, podemos referir o que a Classificação Nacional de Funções atribui a esta função:

*"Realizador de Televisão - 2.4.5.5.25 - Concebe técnica e
artisticamente espectáculos audiovisuais no que respeita à forma
e conteúdo: efectua a adaptação e o tratamento audiovisual dos*

¹⁴ António Pedro de Vasconcelos, jornal I, 22-11-2010, pág.27

¹⁵ Código de Direitos de Autor e Conexos, pág.7 https://ciist.ist.utl.pt/docs_da/codigo_direito_autor_republicado.pdf (acedido a 26.07.2012)

conteúdos previamente definidos, a transmitir aos telespectadores, utilizando os meios e processos técnicos e artísticos disponíveis; escolhe ou participa na escolha dos participantes e/ou actores, tendo em conta as características da emissão; analisa com os participantes os objectivos e conteúdos dos programas, a fim de esclarecer dúvidas sobre os mesmos; dá orientações aos técnicos competentes relativamente aos cenários, guarda-roupa e caracterização; dirige os participantes e/ou actores nos estúdios e no exterior relativamente à movimentação e expressão; dirige e coordena os trabalhos das equipas técnicas de imagem, iluminação e som de forma a concretizar o projecto a que se propõe. Pode simultaneamente desempenhar as funções de produção e ser designado em conformidade como: Realizador/Produtor”¹⁶

Ou então, olhando para o contrato colectivo de trabalho da RTP, encontramos:

“Realizador - É funcionalmente o principal responsável criativo pela forma e conteúdo finais do espectáculo audiovisual. É sempre co-autor do projecto que lhe é confiado, competindo-lhe a adaptação e o tratamento audiovisual- através de meios e processos técnicos e artísticos acordados - dos conteúdos a transmitir aos espectadores. É funcionalmente responsável, em cooperação com a produção, na determinação e organização - dentro do planeamento global da produção - dos meios humanos e materiais, técnicos e artísticos, a utilizar para a obtenção dos resultados expressivos que previamente foram definidos. Compete-lhe dirigir e coordenar os trabalhos necessários à concretização do seu projecto. O Realizador-Produtor é o profissional que exerce uma actividade essencialmente criativa, planeia e coordena todo o género de

¹⁶ Instituto de Emprego e Formação Profissional, Classificação Nacional de Profissões, Cap.2, pág.116, <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Documents/CAP2.pdf> (acedido em 26.07.2012)

*actividades no âmbito da Realização e Produção de programas
que derivam da definição de funções do Realizador e do
Produtor.”*

De qualquer forma, podemos perceber claramente, pelo apresentado na definição de Produtor e de Realizador, que as duas funções estão claramente destinadas a trabalhar em parceria e de uma forma muito próxima. A produção de um programa televisivo exige uma cooperação total entre Produtor e Realizador, para que esta força conjunta possa convocar para o projeto em desenvolvimento todos as restantes forças envolvidas, sejam elas oriundas dos elementos das equipas técnica e criativa, seja por parte dos variados possíveis intervenientes.

Englobando as funções de Realizador e Produtor, ambas com o seu grau de maior exigência, responsabilidade e especialização, podemos encontrar a função conjunta de Realizador-Produtor. Nem sempre esta conjugação de carreiras é encontrada nas empresas de produção audiovisual. No caso da RTP, depois de um período em que alguns profissionais assumiram esta categoria profissional, recuou-se na estratégia e fez-se retomar as funções separadas de realização e produção pelos profissionais oriundos dessas áreas. Não é fácil concluir sobre qual a melhor situação, sendo que a experiência me diz que as três carreiras deveriam ter o seu espaço próprio no contexto da organização da área de Produção-Realização.

A carreira de Realizador-Produtor deve ser encarada como uma carreira de topo em relação às de Realizador e Produtor e não como a evolução final dessas carreiras, dado que um profissional do nível mais elevado numa das áreas pode não ter características profissionais que o indiquem para assumir responsabilidades na outra carreira.

9.1 NTV-Coordenador de Programas e Emissão (07.01.2002 a 07.01.2004)

Quando, em Dezembro de 2001, o então Director do Centro de Produção do Porto da RTP me convidou para dar início a uma temporária colaboração com um jovem canal por cabo, a NTV, não imaginava o quanto marcante viria a ser a fase de experiência profissional que então iniciava.

Até então, a minha experiência profissional centrara-se na Realização e Produção de programas para os diversos canais da RTP. Esse inesperado convite, levar-me-ia a entrar numa área até então desconhecida para mim, a Programação e a Gestão de televisão.

Mantendo-me nas funções de Coordenador de Programas e Emissão da NTV até Janeiro de 2004, tive oportunidade de viver intensamente as vicissitudes de um projecto inovador que terminou por razões talvez nunca apuradas de forma rigorosa mas sim por interpretações fundadas em pressupostos nem sempre claros, eventualmente políticos, que foram sendo tornados públicos ao longo de um processo que culminou na integração do referido canal na estrutura da RTP e a sua transformação num projecto diverso do que tinha sido inicialmente desenhado.

Descrever as funções que exerci no canal NTV tem de partir do pressuposto inicial de que umas das fragilidades da estrutura organizacional que estava implementada quando cheguei ao canal era a total ausência de meios humanos e materiais nas áreas de produção e realização, bem como grandes carências na área de programação. A estrutura do canal estava centrada na actividade jornalística e no centro de emissão. Não contemplava a estrutura de recursos humanos, em actividade á data, qualquer elemento com experiência nas áreas de produção e realização, o sector de emissão estava fragilizado, o arquivo paralisado e todas as componentes de gestão e organização da grelha de programação e emissão exigiam uma reorganização imediata de processos e pressupostos. As responsabilidades destes sectores recaíam, quase exclusivamente, no trabalho do Director Geral que, obviamente, não podia sozinho abarcar todo esse fluxo de trabalho, até porque era também Administrador Executivo e, com isso, caíam sobre os seus ombros todas as responsabilidades de gestão da empresa Porto TV que detinha a NTV. Apenas toda a estrutura de informação diária e não diária estava devidamente provida de recursos humanos e materiais e a funcionar em pleno.

Foi, portanto, em estreita colaboração e total sintonia que juntei forças com o Director Geral do Canal e assumi a responsabilidade de dar corpo á gestão quotidiana da grelha de

programação e da emissão, de estruturar os serviços relacionados com a produção interna e com a produção delegada junto das produtoras externas que colaboravam com o canal, de organizar o esquema funcional mínimo para o funcionamento do arquivo e movimentação de programas e, por outro lado, de encontrar meios humanos que pudessem colaborar em todas estas tarefas.

A este nível, foi possível acolher alguns estagiários que, na sequência dos seus estágios curriculares, acabaram por ser por mim submetidos a uma formação “on job” acelerada e, assim, puderam cumprir o seu estágio profissional ou curricular exercendo funções na área de Produção e Emissão a um ritmo e com uma intensidade próprios de jovens profissionais em início de carreira. Também foi possível contar com o trabalho e a colaboração de alguns profissionais do canal que, oriundos de outras áreas entretanto menos solicitadas pelo trabalho quotidiano, foram também sendo formados no sentido de exercerem funções como produtores dos programas de produção interna, produtores delegados em sintonia com as empresas externas que nos forneciam produtos acabados e ainda na gestão corrente das necessidades de coordenação de grelha e programação. Ao contrário do que existia inicialmente, num curtíssimo espaço de tempo foi possível ter uma estrutura vocacionada para a produção e programação com o mínimo aceitável de recursos humanos. Esta acção de formação em trabalho que fui dirigindo foi a primeira das importantes acções que desenvolvi para procurar estabilizar as áreas da minha responsabilidade.

Entretanto, a direcção do canal apostou na passagem a 24 horas de emissão, um aumento muito grande das necessidades de produção interna e externa relativamente às 7 horas de emissão que o canal apresentava desde a sua abertura. Acresce o facto que esta directiva surgiu no início de Janeiro e a data estabelecida para o início da emissão contínua foi de apenas um mês depois. Tarefa hercúlea a que todos nos votamos com um desmesurado entusiasmo. E cumprimos o planeado de uma forma que pouca gente acreditaria ser possível.

Nesse mês de transição o trabalho foi imenso e inclui tudo, em forma concentrada, do que iria passar a ser o meu quotidiano enquanto me mantive a exercer funções na NTV.

Foi preciso conceber e trabalhar propostas de novos programas ou levar a cabo a reformulação de projetos já existentes, procurando dar-lhes consistência e capacidade de se imporem na grelha de programação. Nesse período, toda a emissão do canal e toda a orgânica que é obrigatório ter a funcionar associada á emissão, foi objecto de uma reformulação ao nível do “workflow” de trabalho, da definição de regras e de competências dos vários intervenientes, de dotação desta área basilar de normas e definição de procedimentos que harmonizassem práticas até aí ou inadequadas ou inexistentes.

Simultaneamente, levou-se a cabo, em tempo recorde, a produção de programas internos, a realização dos mesmos e o trabalho de ligação entre a direcção do canal e as produtoras externas que, em ritmo igualmente acelerado, iam produzindo programas, cujas propostas e conceitos foram sendo discutidas entre os produtores e a direcção e coordenação do canal.

Em segundo plano ia organizando o arquivo do canal, quer recuperando materiais anteriormente gravados que não se encontravam devidamente catalogados e, portanto, inacessíveis, quer estabelecendo processos e normas que permitiram encontrar um desenho de procedimentos que conseguiam dotar o arquivo das condições mínimas de funcionamento e de apoio quer á emissão quer ao trabalho dos jornalistas do canal.

Pelo meio ficavam as tarefas quotidianas de rotina, como sejam a definição da grelha diária de emissão, a recepção e análise das muitas propostas de programas que chegavam de várias fontes, a gestão administrativa de todo o pessoal das áreas da responsabilidade da Coordenação de Programas e Emissão, o trabalho conjunto com o diretor no que respeitava á programação e á contratação de novos projetos.

Um mês de trabalho imenso, de uma experiência única que permitiu colocar ao serviço de um projeto todas as competências até aí adquiridas como documentalista, como produtor, como realizador, porque todas foram necessárias, todas ajudaram a levar a bom porto o projeto que tínhamos em mãos.

Esta experiência, estas rotinas de trabalhos em todas as áreas referidas, foram permanentes ao longo de todo o tempo de permanência ao serviço da NTV, num ritmo que, superada a crise inicial, se foi aproximando do que é normal para uma estrutura do género.

O trabalho deste tipo é sempre muito, mas também é superiormente gratificante. Com excepção do trabalho relativo á produção de notícias, toda a actividade do canal passava, direta ou indiretamente, pela minha função. Não poderia ter sido mais completa a experiência que vivi. Fica gravado na minha memória e na minha carreira o larguíssimo horizonte que este período me permitiu vislumbrar no que respeita a todo o processo de produção televisiva, neste caso desde os primórdios de um conceito até á sua emissão efetiva em antena.

9.2 NTV – Um canal com pronúncia

Embora não tendo participado no lançamento do canal, a minha actividade teve início numa fase precoce da sua afirmação, num período em que o canal mais se aproximou dos seus objectivos fundadores, num percurso nem sempre entendido publicamente da melhor forma, em particular pelos “opinion-makers” de então e, acima de tudo, muito pouco apoiado pelos detentores do poder efectivo e capaz de levar os projectos avante, fossem eles senhores do poder local ou representantes de um poder centralizado que vêm sempre com suspeição os projectos ou iniciativas não sujeitas ao seu controlo e escrutínio directos.

É minha convicção, eventualmente discutível, que parte da história deste canal foi publicamente muito mal contada, passou genericamente a coberto de um manto opaco de desinformação, foi jogada ao sabor de interesses terceiros que não viam com bons olhos uma voz diferente e independente afirmar-se no panorama da comunicação social do país.

Mas, mais firme que as considerações teóricas especulativas que possam ser feitas sobre as razões mais ou menos obscuras que levaram ao abandono do projecto em causa, melhor será deixar expressas algumas interrogações o mais possível baseada em factos, números e demais dados objectivos que permitam tirar ilações. Dúvidas fundamentadas e interrogações legítimas sobre o desenrolar desta história de um canal diferente que introduziu subtis inovações através de alguns dos projectos que tiveram emissão na sua antena.

Em Portugal, a NTV não foi a primeira experiência de televisão de carácter regional. Em 15 de Setembro de 1999 tiveram início as emissões, na rede cabo, do canal CNL, um projecto essencialmente de carácter informativo que durou apenas até 2001, quando dá lugar á SIC-Notícias que ainda emite com grande sucesso e notoriedade pública, sendo ainda hoje o líder de audiências dos canais informativos da rede cabo.

Constituída no ano de 2000, a empresa Porto TV-Informação e Multimédia propôs-se criar um canal temático destinado a emitir na rede cabo.

A Porto-TV tinha como accionistas a PT Conteúdos com 37,5% (ramo da maior empresa de telecomunicações do país), a Lusomundo com igual percentagem do capital (a maior empresa de distribuição na indústria portuguesa do audiovisual) e a RTP com 25% (empresa de televisão concessionária do serviço público de televisão no nosso país).

Na prática, o início do canal não pôde contar com a disponibilidade de meios e *“know-how”* esperado e desejado que a operadora de serviço público poderia disponibilizar. Até Agosto de 2002, a NTV funcionou claramente como se não contasse no seu núcleo de accionistas com a maior e mais experiente empresa produtora de conteúdos televisivos do país. Do que me foi dado constatar no período em que esses assuntos passavam pelas minhas mãos, não poderei considerar ter havido alguma vantagem, ao nível da produção de programas e informação, do facto de a RTP ser accionista do canal.

A Porto-TV definiu, logo no seu *“business-plan”*, o seu canal NTV como um canal temático de notícias e serviços, uma televisão feita no Norte do País e para o Norte do País, seguindo um conceito de proximidade que pudesse levar ao estabelecimento de laços de afecto com as pessoas dessa região. Canal urbano mas esperando alargar o seu leque de telespectadores para além deste confinamento geográfico, a NTV pretendia “expandir” o seu território de influência para além da área metropolitana do Porto, centrando a sua atenção em todo o Norte de Portugal.

Os habitantes desta vasta região seriam pois o seu “público-alvo”, embora as contingências do valor real da amostra representativa do universo dos espectadores da rede cabo, tornando menos fiáveis os resultados das regiões interiores relativamente à região audiométrica do Grande Porto, acabou por determinar uma maior atenção à performance registada apenas na região do Grande Porto. Para este reformular do *“target”* do canal, contribuiu também a noção da expansão quantitativa e objectiva do nível de implementação, nessa época, da rede cabo no interior do país e na faixa costeira, para além das grandes cidades.

A oportunidade estratégica para o canal era clara. Não existia nenhuma televisão sediada no norte de Portugal, sendo que esta região detinha uma identidade cultural que a distinguia das restantes regiões do país. O norte tinha a ambição de ter uma voz própria.

Era necessário, no entanto, definir uma estratégia de marketing que pudesse dar a necessária notoriedade à ideia e ao futuro canal. Tal foi feito com a mestria necessária que levou a que, a 15 de Outubro de 2001, quando iniciou as suas emissões experimentais, a NTV era já bastante conhecida e falada, desejada por muitos e objecto de grande expectativa e de muita crítica também.

Um mês depois, o canal dá início ao que seriam as suas emissões regulares, nesta fase cobrindo diariamente apenas o período de emissão que decorria das 19:00h às 02:00h.

No entanto, problemas internos, como a demissão prematura do director de canal e a falta de esclarecimento dos caminhos a seguir em termos de programação, associadas à falta de

experiência profissional da sua jovem equipa de profissionais, que uma excelente formação não colmatava totalmente, levou a que o canal entrasse num período de descrédito acentuado que quase levou os seus responsáveis a optar pela morte à nascença deste projecto.

Por decisão da Administração e pelo empenho extraordinário do Administrador Delegado que assumia também a Direcção do canal, a opção foi a de continuar o projecto, redefini-lo e aumentar o período de emissão, passando, a partir de 8 de Fevereiro de 2002, a emitir continuamente. Estava, nesta data, iniciada a fase mais marcante deste projecto.

Este período veio a confirmar-se como uma fase de afirmação de um projecto alternativo de televisão, verdadeiramente cingido ao seu carácter regional, com uma grelha de programação vinculada ao seu target que era constituído pelos telespectadores da região do Norte em geral e do Grande Porto em particular.

No entanto, em inícios de Julho de 2002, quando alguns resultados auspiciosos já se podiam verificar e o projecto começava a tornar-se consistente, o principal accionista, a PT Multimédia (que englobou entretanto a PT Conteúdos e a Lusomundo) desinteressa-se do canal, alegando dificuldades no equilíbrio financeiro, até aí prejudicado pelo não cumprimento por parte de terceiros dos compromissos financeiros assumidos, em particular no que se refere á venda de espaços publicitários.

É então dada ordem de paragem de todos os processos de produção de programas, mantendo-se apenas os serviços Informativos, que poderíamos definir como quase mínimos, e com recursos longe do normal.

Em 9 de Agosto de 2002 a RTP compra a totalidade do capital, passando a ser detentora única da empresa Porto TV, que vem a extinguir, dando início ao processo de integração das estruturas e do modo de funcionamento do canal na lógica do universo RTP.

Este processo só veio a ter o seu desenlace final em 2004, quando a RTP decide alterar o nome do canal para RTP-N e vincular a sua filosofia a uma abordagem nacional, em que o regional já não é o item de maior valor mas sim a sua vertente informativa de alcance nacional.

Provavelmente no espírito dos decisores, a aproximação ao canal de sucesso SIC-Notícias, terá sido o motor fundamental das decisões, a par da necessidade de sanear financeiramente a empresa detentora da NTV que, com todo este longo processo de ocorrências desfavoráveis à sua evolução equilibrada, estava já em situação muito difícil embora com contas que seria bom poder efectivamente explicar se representavam a falência do projeto inicial ou

apenas a consequência da alteração do plano que deveria estar a percorrer os passos previstos no “business-plan” aprovado na origem do projeto.

Das iniciativas mais relevantes do projecto NTV o marketing de antena poderá ser identificado, por quem presenciou o processo, como um dos pontos fortes do canal.

As autopromoções tiveram sempre um aparente impacto muito importante, a divulgação junto da imprensa foi a melhor possível tendo em conta algum ostracismo a que a NTV vinha a ser votada, os sinais claros da raiz filosófica do canal eram acentuados com estratégias o mais imaginativas possível, dada a clara limitação orçamental para marketing e promoção. Mas a marca era conhecida e acarinhada junto do seu público-alvo e disso eram prova as múltiplas reacções quotidiana do cidadão comum e de muitos membros da elite da cidade.

Exemplo claro dessa estratégia, foi a decisão dos responsáveis da programação de criar uma identidade marcante no nome dos programas que constituíam a grelha de programação. Quase todos eles associavam o nome do canal, através da inserção da letra N no início dos respectivos nomes. Era o “N Debates”, o “N Insónias”, o “N Ruas”, o “Zona N”, o “N Provocações”, o “N Noites”, etc. Efectivamente, esta estratégia deu aparentemente um óptimo resultado. Qualquer menção verbal ou na imprensa a um programa cujo nome incluísse o “N”, era automaticamente identificado com o canal.

Também a assinatura de antena foi mudada de “Vemo-nos por aqui” que vigorava desde o início das emissões, para um “Uma televisão com pronúncia”, que passou a ser objecto de referência constante nas críticas e crónicas que foram sendo produzidas sobre o evoluir da programação, sobre as novidades de grelha ou sobre quaisquer outros assuntos que fossem objecto da atenção dos críticos, dos cronistas ou até do público em geral.

Era a afirmação do carácter local do canal, o assumir claro de uma vocação centrada num target muito preciso, os telespectadores da região do Grande Porto.

Dada a sua difusão a nível nacional e a difusão dos grandes canais generalistas também na rede cabo onde, como é conhecido, mantêm a fatia maior de audiências, a avaliação da performance da NTV esteve sempre condicionada ao ponto de vista em que os analistas ou decisores se colocavam para determinar as respostas necessárias ao desenvolvimento do projecto no sentido que lhe vinha a ser dado ou à sua redefinição. Obviamente que, embora tecnicamente possível e legítimo, não me parece que seja aceitável a comparação que foi muitas vezes feita do nível de audiências que o canal conseguia com o nível de audiências que eram registadas pelos canais nacionais, embora emitindo via cabo. Também creio ser legítimo contestar a análise aos

resultados da NTV que, muitas vezes, foi feita tendo como elemento base os números das audiências no universo cabo. O canal tinha um target definido, o Porto, e considero dever ser a partir dessa parcela do universo que as análises de resultados deveriam ter sido feitas.

Na análise dessa fase da vida da NTV, podemos também considerar a opinião de consultores especializados que, aquando da aquisição pela RTP do canal, advogavam que o canal deveria alterar a sua programação no sentido de ser tornar um canal mais informativo, com mais debates e magazines de informação, menos entretenimento e menos cultura.

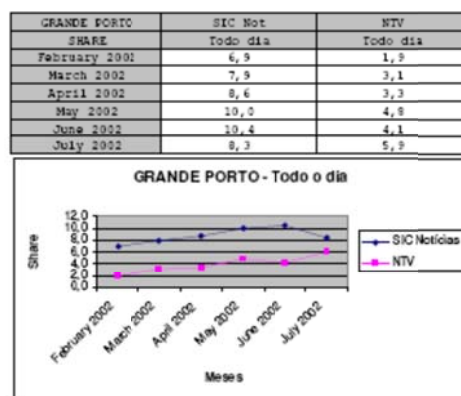
Segundo os consultores em causa, o canal deveria evoluir no sentido de passar a reflectir a aposta na qualidade, a informação de referência, a abrangência nacional embora com conteúdos nacionais e também regionais.

O futuro e as opções entretanto tomadas provaram ter sido dado algum provimento à opinião dos consultores.

Era o fim dessa televisão com sotaque do Porto, essa televisão que, continuo a acreditar, tinha espaço suficiente para ser viável e justificação mais que válida para existir no panorama audiovisual português, mesmo numa época em que a realidade inerente aos meios de comunicação social tanto mudou e continua a mudar por força das novas realidades tecnológicas, da explosão da internet, das redes sociais, não esquecendo a profunda crise económica que o país atravessa e que coloca dificuldades acrescidas, quase impossíveis de transpor, a quaisquer novos projectos que impliquem algum esforço de investimento inicial. Mas o Porto Canal, criado em 2006 com muitos pontos de contacto com a NTV no que respeita à sua filosofia de base, acabou por provar que é possível preencher esse espaço no panorama das televisões locais.

A convicção de que alguns dados foram deficientemente lançados na opinião pública, leva-me a que me debruce um pouco numa análise sumária das audiências do canal NTV, na perspectiva de encontrar dados audiométricos que confirmem o que a observação privilegiada que tive constatou, não só empiricamente mas também pelo estudo diário que então realizava da síntese dos resultados que nos eram apresentados, de que a performance junto do público-alvo era positiva.

Um dado fundamental na análise de audiência é o share. Neste caso, compara-se o share diário da NTV com o canal líder no cabo, tido como o seu mais directo concorrente. Da análise dos valores

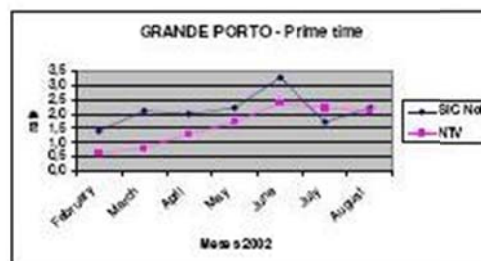


constatados durante o ano de 2002, verifica-se claramente que a NTV teve uma evolução muito favorável num tão curto período de tempo, passando a afirmar-se, na sua zona de influência, como um caso notório de sucesso. Os valores de share para o dia todo triplicaram em seis meses, mantendo uma tendência quase permanente de subida.¹⁷ A aproximação ao seu concorrente SIC Notícias (curiosamente também em subida) fazia prever uma situação de partilha tendencial entre estes dois canais, com uma aproximação da NTV aos níveis médios apresentados pela SIC Notícias.

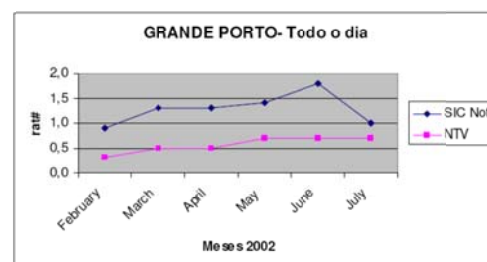
Se a opção for analisar o share registado no período de prime time, então fica claro que a NTV se encontrava em período de afirmação positiva, atingindo, neste importante período de emissão, resultados surpreendentes que a levavam a suplantat o seu canal rival a partir do mês de Julho, depois de conseguir quadruplicar os seus resultados médios.¹⁸ Na fase referida de vigência da referida “Televisão com pronúncia”, tornou-se clara a sua capacidade de implantação no mais disputado período horário.

O carácter nortenho, e mais especificamente do Porto, que a NTV procurou cultivar, pode ser certificado pela comparação dos resultados anteriores com a análise dos resultados dos mesmos dois canais na região da Grande Lisboa, espaço mais importante do país ao nível das audiências pelo número de espectadores que constituíam à época o universo da região (cerca de 1.200.000), comparados com os cerca de 480.000 da região do Porto.

GRANDE PORTO	Prime time	
Rat#	SIC Not	NTV
February	1,4	0,6
March	2,1	0,8
April	2,0	1,3
May	2,2	1,7
June	3,3	2,4
July	1,7	2,2
August	2,2	2,1



GRANDE PORTO	Todo o dia	
rat#	SIC Not	NTV
February	0,9	0,3
March	1,3	0,5
April	1,3	0,5
May	1,4	0,7
June	1,8	0,7
July	1,0	0,7



GRANDE PORTO	Todo o dia	
rch#	SIC Not	NTV
February	145,4	104,8
March	167,3	124,4
April	172,1	125,0
May	177,0	117,3
June	203,2	112,5
July	176,0	113,1

¹⁷ Dados Mediamonitor-Marktest

¹⁸ Dados Mediamonitor-Marktest

Nesta análise, verifica-se que a evolução do canal NTV se faz ao nível da região representada pelo seu target, mantendo quase inalterada a sua implantação na zona de Lisboa para a qual não estava configurada a grelha de programação e onde o canal concorrente imperava.

Sendo o share um dado fundamental na análise de audiências, o rating (audiência média) e o reach (número de indivíduos que contactam) têm também de ser vistos para que se possa traçar o panorama global da performance de um canal ou de um programa. A análise desses dois itens, mantendo igualmente a comparação com a SIC Notícias, permite-nos sustentar também através destes valores a convicção da evolução positiva que a NTV sofreu durante o período de tempo em análise.

Avaliar as audiências segundo os valores encontrados para os itens já referidos é da maior importância e constitui um passo necessário. No entanto, conhecer as audiências, analisá-las e procurar encontrar soluções para melhorar os resultados encontrados através da rectificação de estratégias e da resolução dos problemas de programação que se nos deparam quando interpretamos os resultados encontrados, pressupõe que haja, entre outros factores, um conhecimento profundo do target para que se trabalha, ou seja, implica analisar também a segmentação da audiência nos seus mais variados parâmetros (classe social, idade, etc.). Esse trabalho, de que a análise sumária atrás é parte, foi permanentemente feito ao longo do período de vida do projeto NTV. A perspectiva de fundamentar, através de um estudo exaustivo das audiências, a ideia formulada na experiência vivida de que o projecto do canal NTV tinha viabilidade e justificação plena, afigura-se um trabalho muito mais extenso do que o que julgo ser ajustado no contexto actual. Mas, a partir dos dados sumários que foram apresentados a título de exemplo, permitem-me concluir que a ideia de que a performance do canal não representava uma mais-valia no panorama audiovisual de então, parece poder ser contrariada de forma cabal, assim se pudesse confirmar a tendência inicialmente descoberta nestes dados preliminares. A minha convicção é que a ideia de falência das audiências do canal, traduzida então por uma máxima amplamente divulgada pela imprensa, “Ninguém Te Vê”, poderá ter sido não mais do que um instrumento sem fundamento de descredibilização dos resultados do canal, ou apenas o prolongar intencionalmente no tempo uma máxima com fundamento apenas nos primeiros dias de vida em antena deste projeto.

O que parece passível de comprovar com os números das audiências, se vistos apenas no contexto do público-alvo do canal, é que as alterações levadas a cabo na fase em que contribuí para o projeto renovado da direcção, permitiram ao canal, passados 5 meses, ultrapassar a SIC

Notícias no Grande Porto em horário nobre, sinal que as alterações funcionaram, em grande parte também baseadas no estudo das audiências, tendo em conta que o canal partiu de uma situação em que os telespectadores não possuíam uma imagem muito favorável do canal para, em pouco tempo a NTV se ter transformado efetivamente numa televisão com pronúncia que o Norte via.

Continuo a acreditar que o conceito de base do canal não só foi muito bem pensado como era, criativamente, suficientemente rico para captar o público a que se dirigia e junto do qual encontraria um espaço de acolhimento tendencialmente expansível.

Se olharmos, ainda hoje, para alguns dados base, encontramos ideias muito interessantes a bem elaboradas, quer originalmente quer através do ajustamento que se foi realizando. Logo á partida, o estatuto editorial da NTV, referia ser este um canal de notícias e serviços, que emitiria do Porto para toda a rede nacional da TV Cabo, assumindo-se como totalmente independente do ponto de vista político e económico. Neste documento eram recusados rótulos ideológicos, e assumida a tradição liberal da cidade do Porto. Pretendia o canal contribuir para os grandes debates do país através de uma informação activa com novos protagonistas. Queria o canal ser um espaço interactivo para a palavra e uma televisão popular de qualidade. Recusava o sensacionalismo e afirmava que o segredo do jornalismo residia na capacidade de transformar o importante em interessante. Assumiam-se também critérios exclusivamente editoriais como base na actividade jornalística a desenvolver por jornalistas que eram entendidos também como produtores de conteúdos capazes de comunicar com todas as tecnologias disponíveis no mercado, e que respeitariam escrupulosamente o código deontológico. Este estatuto editorial significaria também o compromisso público de trazer todos os dias novos protagonistas para o espaço mediático, sem que o canal entrasse no circuito fechado das figuras que se considerava saturarem o espaço. Um documento que terminava dizendo:

“10º Somos uma televisão que quer tribalizar na sua cidade precisamente para que os seus cidadãos possam partilhar a globalização. Achamos que o bairrismo é salutar se for cosmopolita e, por isso, resumimos os nossos conteúdos nesta formula dinamicamente pendular: Programas do Porto / Notícias do Mundo”¹⁹

¹⁹ Estatuto Editorial da NTV

Talvez se possa especular se as palavras inscritas neste documento representassem ideias difíceis de concretizar, mas não encontro dados concretos que possam confirmar essas deduções. A realidade que presenciei não indicou esse sentido.

Também ao nível da programação se pode ver a questão de um ponto de vista diferente do que foi veiculado publicamente. Se é certo que era notória a falta de meios e, em alguns casos, a falta de experiência e apuro técnico patente no resultado final dos programas exibidos, também se pode aceitar que esses factores rapidamente deram sinais de serem, aos poucos, ultrapassados, em particular os que dependiam da capacidade dos intervenientes no processo de ultrapassar dificuldades. Se é certo que a falta de meios técnicos e orçamentais não permitia ultrapassar muitos dos problemas, também é certo que a decisão de não apostar na disponibilização dos meios mínimos, previstos inicialmente, é claramente uma decisão política conducente a uma suave destruição de um projeto.

Uma visão, talvez excessivamente benévola e legitimamente discutível, dos conceitos base dos programas que preenchiam a grelha de programação, permite inclusive concluir que a criatividade nesse campo permitiu o aparecimento de programas que, no seu essencial, não estavam nada longe de muitos projetos de sucesso que hoje ainda vemos em canais diversos. Faltavam os meios é certo, falhava por vezes a roupagem final, mas a essência das ideias estava lá, sem sombra de dúvidas. Os programas dedicados ao desporto, baseados em “vox populi” ou preenchidos com debates sobre os casos de momento estavam, com reconhecido sucesso, na NTV. Durante a tarde, a juventude era o “target” privilegiado em programas com uma estrutura idêntica aos que hoje são sucesso nacional. A vida social, como em tantos magazines da moda, era abordada em variados trabalhos onde, inclusive, foram lançadas figuras de apresentadores hoje reconhecidos como figuras nacionais. O debate político tinha espaço adequado e em nada diferia do que hoje se vê. Com excepção das grandes produções para as quais não havia, obviamente, orçamento compatível, toda a programação cobria as temáticas e as abordagens que continuam a dar frutos nas audiências quer de canais cabo quer, em alguns casos, dos próprios canais generalistas de sinal aberto. Dir-se-á que a diferença não estava nas ideias mas sim nos resultados que eram apresentados. Eu diria, pelo que presenciei e pelos trabalhos de que fui responsável, que poderá haver razões para essa conclusão mas não esqueço que o que era feito, com os meios com que era feito, superava largamente o que se poderia esperar. Para além disso, apoiadas na NTV para a qual prestavam serviço, estavam cerca de dez produtoras de iniciativa

privada da zona do Porto, com mais de uma centena de profissionais em actividade e uma dinâmica do audiovisual da zona norte que, entretanto, desapareceu.

Com os factos que conheço, com os dados que estão ao meu alcance, não posso deixar de enunciar um conjunto de perguntas que continuam, para mim, sem uma resposta convincente:

- O que falhou na NTV, se a informação do canal era reconhecida, se os programas tinham potencial de afirmação, se as audiências estavam a crescer sustentadamente?
- Por que razão se deu a empresa como estando em vias de falência se, pelos dados por mim conhecidos, o “business-plan” estava a seguir os parâmetros inscritos de origem?
- O que aconteceu para a concessionária exclusiva da publicidade do canal não ter conseguido cumprir o que estava contratualizado?
- Se o espaço para uma televisão local no Porto existe, porque não é preenchido, principalmente agora que o Porto Canal foi adquirido por um clube desportivo?
- Quem teve receio e a quem interessou que a “televisão com pronúncia” deixasse de existir?

10.1 Chefe de Serviço de Realização e Artes Visuais (07.01.2004 a 19.06.2009)

Quando o processo de transição da NTV para o universo RTP estava consumado e, com essa transição a estrutura do canal ajustada á nova realidade, o meu trabalho no seio do canal alterou-se de forma significativa.

Embora a denominação das funções que exercia se mantivesse a mesma, uma nova definição da cadeia hierárquica e consequentes novas directivas, levaram a que o quotidiano de trabalho se alterasse, para mim, de uma forma que passou a ser muito pouco gratificante. Por um lado as competências e capacidade de decisão a que estava habituado foram diminuídas pelo novo organigrama, por outro lado não tinha, com os novos personagens do poder no canal, a empatia e sintonia profissionais que foram a pedra de toque do período em que trabalhei em coordenação com o Administrador e Diretor Geral que agora, nesta situação, abandonava o canal.

Era pois tempo de avaliar e repensar a minha situação profissional.

Coincidiu este período com um convite que me foi dirigido pelo então Diretor do Media Parque do Porto da RTP para assumir funções de gestão enquanto Chefe de Serviço dessa nova empresa do universo RTP que estava a dar os primeiros passos.

Entusiasmado pela oportunidade de colaborar num processo, que se afigurava auspicioso, de contribuir para o sucesso do Projeto Media Parque, aceitei o convite que me fora dirigido e assumi, em Janeiro de 2004, as funções de Chefe de Serviço de Realização e Artes Visuais.

Esta estrutura integrada na Direcção do Media Parque e respondendo, numa primeira fase, diretamente ao Diretor, integrava os sectores de Realização (Realizadores, Assistentes de Realização e Anotadoras), Apoio Cenográfico (Assistentes de Cenografia, Armazéns e Pesquisa de Adereços), Guarda-Roupa (Assistentes de Camarins) e Caracterização (Perfilistas).

Estes profissionais, trabalhando em Estúdio e/ou exteriores, desenvolviam a sua actividade quotidiana nas prestação de serviços às áreas de Programas e Informação da RTP e RTP-N. No leque de responsabilidades do pessoal integrado nesta estrutura, poderemos realçar, á época, a realização dos programas Praça da Alegria, Portugal no Coração e especiais em exteriores derivados destes dois programas, bem como os programas da grelha da RTP-N, gravados ou em direto, emitidos a partir dos estúdios da RTP no Monte da Virgem.

Para além destes programas enquadrados na rotina de trabalho do centro de Produção, estava o serviço preparado para responder á realização de qualquer programa ou série que pudesse vir a ser produzido no Porto para a área de Programas de qualquer canal do Universo RTP. Também eram prestados serviços na área das Artes Visuais em todos os programas gravados e emitidos a partir do Porto (RTP e RTP-N), bem como para todos os serviços de Informação diários ou não diária, assim como em todos os exteriores de Informação e Programas da RTP produzidos na zona de influência do Media Parque que se situava do centro do país para norte. O Apoio Cenográfico, quando solicitado e necessário, era prestado em todos os programas gravados e emitidos a partir do Porto (RTP e RTP-N), bem como para todos os serviços de Informação diários ou não, quer da RTP quer da RTP-N, com origem no estúdio D, estúdio da RTP-N ou exteriores de referida na zona de influência do Media Parque.

O sector de adereços encarregava-se de todo o serviço de pesquisa, aluguer, aquisição ou outra forma de disponibilização de adereços e virtualhas solicitados para os programas gravados e emitidos a partir do Porto (RTP e RTP-N), bem como para todos os serviços de Informação diários ou não, quer da RTP quer da RTP-N, com origem no estúdio D, estúdio da RTP-N ou exteriores. O mesmo se aplicava aos sectores de guarda-roupa e camarins, neste caso como no que respeitava á maquilhagem e caracterização, com o complemento dos serviços prestados por entidades externas.

Como fica claro pelo atrás descrito, o serviço tinha um leque de responsabilidades funcionais muito alargado e diverso, implicando esse facto que as cerca de trinta pessoas que a ele estavam adstritas mantinham uma actividade muito intensa e de contornos variados e, por vezes, complexos.

As minhas funções vieram pois a revelar-se um desafio de alguma complexidade e, acima de tudo, de uma grande intensidade.

Basicamente, as atribuições que me foram cometidas enquanto Chefe de Serviço não diferiam em nada do que é normal encontrar como responsabilidades dos quadros de gestão de uma empresa.

Logo á partida, e durante todo o tempo que mantive esta situação, a gestão quotidiana de recursos humanos e materiais foi a componente do meu trabalho que se manteve sempre em primeiro plano: distribuição quotidiana dos profissionais pelos projetos em curso; gestão corrente de horários e do planeamento de trabalho; gestão de recursos materiais e contratos ou aquisições a entidades externas; definição de normas e regulamentos que fosse necessário criar ou rever no contexto dos sectores sob a minha alçada; resolução de conflitos e de quais quer situações de crise

no contexto da estrutura do serviço ou no relacionamento com as restantes estruturas da empresa; implementação de directivas estratégicas ou funcionais com base em decisões superiores.

No geral, o desempenho desta função transportou-me para um campo de acção e de responsabilidade que pouco tinha a ver com as minhas funções de origem enquanto realizador. Talvez por isso, sempre que tive oportunidade durante este período, procurei voltar pontualmente à realização, tendo conseguido articular o meu trabalho de base com algumas dezenas de situações em que decidi ser eu próprio que assumia o papel de realizador em alguns projetos de estúdio ou exteriores.

Posteriormente, o Meia Parque viu uma parte significativa dos profissionais que lhe estavam afectados ser transferida para uma nova empresa criada no universo RTP – a RTP Meios de Produção. Foi o caso de todos os sectores que eu chefiava.

Com alguns ajustes e pequenas alterações que foram sendo feitas ao longo dos anos na RTP Meios de Produção Norte, o Serviço de Realização e Artes Visuais foi sendo mantido sem grandes alterações de fundo. Talvez a única alteração com algum significado, foi ter sido integrado no serviço o sector de grafismo. Assim, além de todos os sectores a trabalhar em realização e artes visuais, o Serviço de Realização e Artes Visuais passou também a ser responsável por todo o trabalho de grafismo electrónico a incluir nos programas ou informação diária e não diária com origem no Porto.

Sendo uma função de gestão, com um carácter bastante administrativo e menos ligado á criação e á produção, não se justificará dizer muito mais sobre esta etapa da minha carreira. Como balanço final desta experiência, posso referir que, não sendo tão gratificante como as experiências mais criativas da realização ou produção, não deixou também de se constituir como um período de aprendizagem permanente, de desafios constantes que foi necessário superar para que melhor pudesse servir os objectivos traçados para o desempenho de toda uma equipa que estava sob a minha gestão e responsabilidade.

10.2 Projecto Media Parque

A ideia de criação de um Media Parque é uma ideia antiga, quer no seio da RTP quer por parte de alguns responsáveis da insípida indústria audiovisual sediada no norte do país.

A primeira iniciativa de alguma consistência na análise prospectiva de implementação de um Media Parque na zona do Porto, ocorreu pelo ano 2000 quando foi dado início a trabalhos mais estruturados de definição de uma possível empresa que assumisse o encargo de estabelecer na região metropolitana do Porto uma estrutura com essas características.

Mas o que se entende por media parque?

Por definição amplamente aceite como válida, um media parque é um espaço físico devidamente infraestruturado que vai agregar no seu seio empresa e estruturas dotadas de tecnologia de ponta, no espaço das indústrias de produção audiovisual, comunicações, publicidade, media em geral e ainda todas as estruturas e empresas que prestem serviços às primeiras e que se possam constituir como apoio à produção, de forma a que possam ser criadas sinergias significativas e, como tal, indutoras de competitividade e de excelência. Estes espaços são, por natureza, locais privilegiados também para a implantação de empresas ou unidades de investigação e desenvolvimento de “know-how” vocacionas para as áreas de actividade das empresas alojadas no media parque.

A complementaridade das valências instaladas, é também um dos propósitos fundamentais no desenho destas estruturas, para que seja possível conceber e executar um qualquer produto a partir do trabalho realizado pelo leque de empresas instaladas, potenciando sinergias e permitindo um modelo de negócio integrado que a todos pode e deve beneficiar.

Em Março de 2001, foi apresentado um projeto que seguia estes princípios. Propunha um grupo de investidores da área que fosse desenvolvida uma iniciativa de criação de um media parque na zona do Porto, não necessariamente a partir das instalações da RTP em Gaia, mas que tivesse como objetivo principal exponenciar o potencial criativo do norte, em particular das cidades de Gaia e Porto. Este projeto acabou por não sair do papel.

Em 2002, a RTP toma a iniciativa de criar um grupo de reflexão com o propósito de enunciar os princípios que poderiam vir a resultar na criação de um media parque no Porto, a partir das instalações da RTP no Monte da Virgem.

O estudo que este grupo desenvolveu e apresentou em finais desse ano, partia do estudo anteriormente referido e do pressuposto que deveriam ser consideradas as instalações da RTP para a concretização de qualquer projeto desse tipo.

De alguma forma, as conclusões enunciadas apontavam para um centrar do projeto apenas na produção televisiva, radiofónica e audiovisual, não só da empresa pública concessionária do serviço público mas também se apontava a possibilidade de integrar as empresas privadas operadoras de televisão e rádio.

Um ponto de relevo era a integração neste projeto de um centro de formação profissional a integrar no espaço base, que se destinaria á formação de qualificados profissionais que poderiam vir a integrar as estruturas instaladas.

Á RTP interessaria reduzir a necessidade de investimentos menos produtivos, a criação de novas oportunidades de trabalho aos seus profissionais, a definição de um papel activo na dinamização da indústria audiovisual na região e, acima de tudo, sinergias que pudessem trazer benefícios mútuos a todos que integrassem este projeto.

Em Junho de 2003, a RTP decidiu criar a empresa Media Parque, sediada no Monte da Virgem, no contexto da qual se deu início a um processo que deveria conduzir á dinamização do projetado media parque.

Enquadrava-se essa iniciativa num programa de reestruturação do grupo RTP que procurava modernizar a empresa e elevá-la a novos níveis de produtividade e performance.

O anúncio público deste projeto, revelava já, por parte da RTP uma consciencialização plena da evolução tecnológica que se anunciava ou que decorria já nessa altura, nomeadamente com o advento da televisão digital, das novas tecnologias das comunicações móveis, da expansão da banda larga e de tantos outros factores que determinavam novas realidades e novos conceitos no quadro das indústrias de conteúdos.

A problemática do desenvolvimento regional estava também presente, tendo-se associado ao projeto o município de V.N. de Gaia, com quem foram estabelecidos protocolos que permitiriam avançar com a requalificação dos espaços e criação de novas infraestruturas.

A criação da empresa Media Parque levou a iniciativas internas de reestruturação do Centro de Produção do Porto e outros que se vieram a revelar significativas, como seja a construção de um novo edifício no complexo do Centro de Produção do Porto que veio a alojar os serviços da RDP até aí dispersos pela cidade.

Foi na empresa assim criada que vim a desempenhar as funções de Chefia de Serviço até Janeiro de 2005 quando a RTP decidi alterar a estrutura organizativa e transferir alguns sectores de trabalho, até aí adstritos ao Media Parque, para uma nova empresa, RTP Meios de Produção, que era criada com o intuito de concentrar e rentabilizar os meios de produção do universo RTP. Mais tarde, esta empresa seria liquidada e os meios de produção retornaram ao contexto da empresa mãe, ficando sob a dependência de uma Direcção de Produção.

Neste momento, agora com um novo ponto de vista que resulta do meu afastamento do quotidiano da RTP, creio poder concluir que um projeto media parque a desenvolver na região do Porto poderia ser, certamente, um pólo significativo de evolução da indústria audiovisual no norte.

No entanto, o que se nos é dado conhecer actualmente não aponta nesse sentido. A crise económica e financeira do país não deixa antever qualquer possibilidade de investimento suficiente para a criação de uma estrutura competitiva cujos resultados financeiros poderiam ser muito positivos, mas apenas a longo prazo. Por outro lado, verificamos já que alguns dos potenciais clientes naturais de um projeto deste tipo, estão já instalados noutras estruturas entretanto criadas. Por exemplo, o Porto Canal tem as suas instalações no concelho de Matosinhos onde também o grupo Impresa instalou um centro media onde estão sediadas as delegações das empresas do grupo.

Mais significativo é o facto de, ao que pode constatar, as produtoras privadas com origem no Porto estão num tempo em que, ao que tudo indica, passam por um período de grandes dificuldades. Algumas há, inclusive, que cessaram a sua actividade.

Se bem que possa ser considerada uma ideia com total fundamento, a criação de um media parque na região do Porto parece ser agora uma miragem, principalmente se pensarmos no difícil panorama económico do país, nas políticas que têm vindo a ser apresentadas pelos poderes instituídos e que em nada apontam para uma descentralização e, acima de tudo, pelas notícias actuais sobre o futuro da RTP em geral e da RTP Porto em particular que, ao que tudo indica, deixam no ar a suspeita de que nada de bom se poderá esperar do novo ordenamento do panorama audiovisual que se desenha em Portugal e na RTP em particular.

Realizador (19.06.2009 a 14.12.2011)

Foi uma fase extremamente interessante a que decorreu desde que deixei de exercer cargos de estrutura, em Junho de 2009, a data em que, por mútuo acordo, dei por findo o meu longo percurso ao serviço da Radio Televisão de Portugal, em 15 de Dezembro de 2011.

Voltar ao prazer do trabalho nas funções em que mais aptos nos sentimos, que melhor correspondem à nossa real vocação e poder retomar o caminho desde sempre mais desejado, não foi sentido como um retrocesso mas sim como o corolário lógico de uma carreira a quem tinha dedicado todo o meu empenho profissional.

Nesta fase, por força das estratégias de produção da empresa, os programas que me foram distribuídos passaram quase sempre pela realização de espectáculos no exterior, nos quatro cantos do país. Voltei aos diretos, voltei à estrada, renovei o prazer do trabalho em equipas numerosas de excelentes profissionais,

Sem esquecer um número razoável de emissões do programa matinal da RTP, a Praça da Alegria, nestes dois anos acrescentei à longa lista de programas realizados umas largas dezenas de emissões do “Verão Total” (Directo- 2010 e 2011), do “Programa das Festas” (Directo- 2010 e 2011), do “Festa das Vindimas” (Direto-2010-2011) ou do “A Festa é Nossa” (Directo- 2011).

Foi aliás com este último programa que realizei o meu derradeiro direto para a RTP1, um programa que a memória guardará como um momento de alguma nostalgia que não mais esquecerei.

Pelo meio destas produções, fui-me dedicando a uma série de programas simples mas agradável de fazer e de ver, dedicados às terras e à gastronomia do país, o “Gostos e Sabores” (2010 e 2011), programa para o qual dirigi a gravação do meu último take como realizador da RTP.

Dediquei a esta empresa toda a minha vida profissional, ao ponto de não ser possível deixar de sentir sempre a emoção da pertença definitiva a uma instituição que, na sua essência, ultrapassa em muito os contornos de uma organização profissional. A RTP, para quem a sente como a sua segunda casa, é mais do que uma empresa, é uma família a que ficamos ligados para sempre por laços inquebráveis.

Há vinte anos atrás, a partir de finais de 1992, sem que tal me tivesse alguma vez passado pela mente, fui convidado para leccionar na Escola Profissional Soares dos Reis, em V.N. de Gaia. Entenderam os responsáveis desse estabelecimento que seria a pessoa mais habilitada para leccionar Técnicas Audiovisuais, parte do plano de estudos do Cuso Técnico-Profissional de Comunicação. O programa desta disciplina englobava todos os conceitos fundamentais para o exercício profissional de técnicos na área de Audiovisuais, no que dizia respeito às operações técnicas de imagem, luz e som, bem como aos fundamentos elementares á construção de projectos audiovisuais.

A experiência docente que, desta forma, iniciei, veio a revelar-se como parte integrante da minha vida profissional daí para a frente.

A paixão pelo ensino tornou-se um facto e o percurso, enquanto docente, que ainda hoje se mantém, passou a acompanhar, passo a passo, a minha actividade de profissional de televisão.

Posteriormente, a partir de 1994, a minha actividade docente ao nível do ensino profissional teve continuidade na Escola Profissional de Braga, onde durante alguns anos leccionei a disciplina de Técnicas Audiovisuais aos alunos do ciclo mais avançado do Curso de Comunicação.

A experiência profissional permitia-me ter as competências técnicas necessárias para estas funções, tendo sempre procurado combinar essas capacidades com um trabalho de aquisição de competências pedagógicas que me permitiram levar a bom porto a tarefa de formar profissionais capazes de desempenhos relevantes enquanto técnicos na área da comunicação audiovisual.

Neste percurso de evolução enquanto docente, foi também determinante a oportunidade de, no que às competências pedagógicas diz respeito, frequentar, em 1993-1994, o Curso de Monitores de Formação da AURN-Univ.do Minho. Este longo e completo curso de formação, levado a cabo por uma conceituada entidade, permitiu-me adquirir competências e técnicas fundamentais a um bom desempenho pedagógico, bem como adquirir a certificação e reconhecimento oficial para o desempenho das funções de formador.

Foi na sequência desta formação enquanto Monitor certificado que, de 1996 a 1998, tive oportunidade de ser o responsável pelo módulo de Exploração dos Audiovisuais na Pedagogia em muitos dos Cursos de Formação de Formadores levados a cabo nesse período pela TecMinho de Guimarães, associação de direito privado que teve como um dos seus promotores a Universidade do Minho, e que funciona como interface desta universidade, cumprindo uma missão de valorização e transferência de conhecimento entre o tecido empresarial e demais atores económicos e sociais. A colaboração com esta entidade manteve-se até 1998.

Em 1996, a convite do Prof. Aníbal Alves, passei a colaborar com a Universidade do Minho enquanto Especialista Convidado. Do plano de estudos então em vigor, faziam parte as duas disciplinas onde passei a leccionar: Laboratório Audiovisual (4ºano) e Complementos de Audiovisual (5ºano). Tive também oportunidade, neste período, de colaborar na orientação de vários estágios curriculares dos alunos finalistas.

A partir de 2005, a minha relação com a Universidade evoluiu para um vínculo como Assistente Convidado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, sujeita a contratos de trabalho que têm vindo, desde então, a ser anualmente renovados.

Até à alteração dos planos curriculares, continuei a exercer a docência das cadeiras atrás referidas. No contexto do plano de estudos que se mantém em vigor desde as alterações efectuadas por força do Processo de Bolonha, a minha colaboração tem decorrido no âmbito das cadeiras de Atelier Audiovisual e Multimedia II, Projecto Audiovisual e Multimedia (ambas do 1ºciclo) e ainda em Laboratório Audiovisual e Multimedia (2ºciclo).

Embora se possa tornar uma reflexão por demais óbvia, não posso deixar de referir um factor fundamental na relação que se estabelece entre a actividade profissional e a actividade docente, quando decorrem em paralelo ao longo de um período de tempo tão extenso.

Torna-se um desafio incontornável manter uma particular atenção ao “estado da arte”. A necessidade de preparação do trabalho a desenvolver nas aulas, implica um estudo permanente quer dos conceitos e técnicas já existentes, quer daqueles que surgem pela natural e constante modernização de uma área técnica e do conhecimento que não suspende a sua evolução e que tem vindo a surpreender todos aqueles que por ela se interessam.

Trabalhar neste meio, cumprir um percurso tão rico e variado, foi para mim uma permanente paixão que deixa marca indelével na minha vida, no que representa a felicidade de se trabalhar no que se gosta, como se gosta e com quem se gosta.

Ao longo da minha vida profissional alguns outros factos se revelam susceptíveis de ser relevados quer pela sua ligação, directa ou indirecta, ao percurso profissional, quer pela sua relevância ao nível da experiência pessoal.

Não procurando ser exaustivo pela descrição de todos os eventos ou actividades que possam ter tido importância na minha carreira, julgo ser devido destacar alguns desses factos, não só pelo seu significado próprio que julgo de relevo, mas principalmente pela importância que eu próprio atribuí a essas vivências.

Em primeiro lugar referiria a primeira experiência de ligação às artes e ao espectáculo, neste caso de contornos musicais e cénicas, e que foi a vivência como membro do Orfeão Universitário do Porto, num período que se estendeu de 1975 a 1983. Neste organismo tive oportunidade de fazer germinar o gosto pelas artes, o fascínio pelas artes cénicas e musicais, a vontade de criar. Estou certo de que o espírito que aqui tive a oportunidade de expressar, foi fundamental para o desenvolvimento de capacidades e competências criativas que se revelaram essenciais ao longo da posterior carreira profissional.

Também no Orfeão Universitário do Porto tive oportunidade de experienciar o exercício de cargos de responsabilidade e de liderança que, por certo, foram campo de experiências e vivências fundamentais para o exercício de cargos e funções no âmbito profissional que obrigavam a capacidades de chefia e liderança imprescindíveis para um bom desempenho. Ter assumido, ainda muito jovem, cargos como Presidente da Direcção (1979-1980), Presidente do Conselho Fiscal (1982-1983) e Secretário de Direcção num organismo académico tão prestigiado da Universidade do Porto, que comemora este ano o centenário da sua fundação, foi com toda a certeza uma experiência que ajudou a moldar a minha personalidade e que deixou marcas indeléveis na minha preparação para algumas das funções que viria, mais tarde, a desempenhar.

A um outro nível, mas com uma relevância que tomei sempre como da maior importância, foi o resultado da candidatura a que me propus, em 1992, à função de Realizador do

Parlamento Europeu. Teve como resultado final ter sido classificado em 3º lugar na lista de reserva relativa ao concurso, a nível europeu, PE/54/A (Administradores-Realizador de Televisão) do Parlamento Europeu. Sendo este um concurso a nível europeu que contava com candidaturas de profissionais de todas as importantes televisões da Europa, o resultado obtido foi marcante pelo reconhecimento do valor profissional e do nível das competências desenvolvidas numa tão exigente profissão. Não ignorei nunca que o orgulho sentido pelo resultado obtido, que serviu sempre como factor do maior relevo na atitude e na paixão sentida pela profissão ao longo de todo o meu percurso profissional. Este concurso decorreu em Bruxelas e no Luxemburgo de Maio a Julho de 1992. A lista de reserva resultante manteve-se em vigor até 31 de Dezembro de 1999.

Também devo assinalar o convite que me foi dirigido para integrar o júri do Festival de Vídeo “Fast Forward”, organizado em Outubro de 2007 pela Cooperativa Velha a Branca, em Braga. Fruto da minha actividade profissional mas, principalmente, da ligação desta com a minha actividade como docente convidado na Universidade do Minho, este convite representa um gesto de reconhecimento público do meu percurso que não posso deixar de assinalar.

Como refere o título escolhido “Olhar o passado para ver o futuro”, espero ter conseguido deixar claros os traços fundamentais da vida profissional vivida até agora que, não se esgotando nesse tempo, deixa raízes sólidas para uma nova etapa de vida que pretendo diferente mas igualmente profícua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Campbell,Drew (2002) *Technical film and TV for nontechnical people*, New York: Allworth Press
- Díez,Federico Fernández e Abadia,José Martinez (1994) *La dirección de producción para cine y televisión*. Barcelona: Ediciones Paidós
- Henriques, Carlos Alberto (1994) *Segredos da TV*, Lisboa: TVGuia Editora
- Silva,Lopes da & Teves,Vasco Hogan (1971) *Vamos falar de televisão*. Lisboa:Editorial Verbo(2007)
- Teves, Vasco Hogan (2007) *RTP 50 anos de história*. Lisboa: Radiotelevisão Portuguesa
- Varella, Manuel (1981) *Portugal nas origens históricas da televisão*, Lisboa:Casa de Pessoal da RTP

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Em linha URL <http://www.bbc.co.uk/historyofthebbc/>
- Em linha URL <http://histv2.free.fr/>
- Em linha URL <http://pt.wikipedia.org/wiki/>
- Em linha URL <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/>